



*Minuta de Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020*

**CONTRATO DE SUBCONCESSÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL N° 01/2020**

**Subconcessão para a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, nos termos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001**

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>Disposições Iniciais</b> .....	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>Objeto e Prazo do Contrato</b> .....	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>Bens da Subconcessão</b> .....	<b>11</b>
<b>4</b>	<b>Autorizações Governamentais e Plano de Investimentos</b> .....	<b>12</b>
<b>5</b>	<b>Desapropriações, Desocupações, Instalações de Terceiros na Faixa de Domínio</b> .....	<b>14</b>
<b>6</b>	<b>Atraso na Edição do Ato de Declaração de Utilidade Pública</b> .....	<b>15</b>
<b>7</b>	<b>Investimentos Adicionais</b> .....	<b>16</b>
<b>8</b>	<b>Acidentes Ferroviários</b> .....	<b>16</b>
<b>9</b>	<b>Compartilhamento da Infraestrutura Ferroviária e dos Recursos Operacionais</b> .....	<b>16</b>
<b>10</b>	<b>Financiamento</b> .....	<b>17</b>
<b>11</b>	<b>Garantia de Execução</b> .....	<b>18</b>
<b>12</b>	<b>Direitos e Deveres</b> .....	<b>21</b>
<b>13</b>	<b>Prestação de Informações</b> .....	<b>26</b>
<b>14</b>	<b>Recursos para Desenvolvimento Tecnológico</b> .....	<b>27</b>
<b>15</b>	<b>Recursos para Preservação da Memória Ferroviária</b> .....	<b>27</b>
<b>16</b>	<b>Das Transações com Partes Relacionadas</b> .....	<b>28</b>
<b>17</b>	<b>Contratação com Terceiros</b> .....	<b>29</b>
<b>18</b>	<b>Fiscalização pela ANTT</b> .....	<b>29</b>
<b>19</b>	<b>Valor de Outorga e Remuneração</b> .....	<b>30</b>
<b>20</b>	<b>Operações Acessórias</b> .....	<b>31</b>
<b>21</b>	<b>Projetos Associados</b> .....	<b>31</b>
<b>22</b>	<b>Reajustes e Revisões</b> .....	<b>31</b>
<b>23</b>	<b>Especificações Técnicas Mínimas</b> .....	<b>33</b>

<b>24</b>	<b>Penalidades</b> .....	<b>33</b>
<b>25</b>	<b>Medida Preventiva</b> .....	<b>36</b>
<b>26</b>	<b>Alocação de Riscos</b> .....	<b>37</b>
<b>27</b>	<b>Responsabilidade</b> .....	<b>41</b>
<b>28</b>	<b>Estrutura Jurídica da Subconcessionária</b> .....	<b>41</b>
<b>29</b>	<b>Capital Social</b> .....	<b>41</b>
<b>30</b>	<b>Controle Societário</b> .....	<b>42</b>
<b>31</b>	<b>Assunção do Controle pelos Financiadores</b> .....	<b>42</b>
<b>32</b>	<b>Intervenção</b> .....	<b>43</b>
<b>33</b>	<b>Hipóteses de Extinção</b> .....	<b>44</b>
<b>34</b>	<b>Advento do Termo Contratual</b> .....	<b>45</b>
<b>35</b>	<b>Encampação</b> .....	<b>45</b>
<b>36</b>	<b>Caducidade</b> .....	<b>46</b>
<b>37</b>	<b>Rescisão</b> .....	<b>48</b>
<b>38</b>	<b>Anulação</b> .....	<b>48</b>
<b>39</b>	<b>Falência ou Extinção da Subconcessionária</b> .....	<b>48</b>
<b>40</b>	<b>Evento de Caso Fortuito ou Força Maior</b> .....	<b>48</b>
<b>41</b>	<b>Propriedade Intelectual</b> .....	<b>49</b>
<b>42</b>	<b>Seguros</b> .....	<b>49</b>
<b>43</b>	<b>Reversão dos Bens</b> .....	<b>49</b>
<b>44</b>	<b>Arbitragem</b> .....	<b>50</b>
<b>45</b>	<b>Disposições Diversas</b> .....	<b>51</b>

Aos [●] dias do mês de [●] de [●], pelo presente instrumento, de um lado, na qualidade de contratante:

- (1) A UNIÃO, por intermédio da **Agência Nacional de Transportes Terrestres**, autarquia federal especial integrante da Administração Pública indireta, instituída pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8, CEP 70200-003, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. [●], [qualificação], nomeado por Decreto de [●], publicado no Diário Oficial da União de [●], e por seu Diretor [●], nomeado pelo Decreto de [●], publicado no Diário Oficial da União de [●], doravante denominada “**ANTT**”; e
- (2) A VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública federal com sede em Brasília, Distrito Federal, SAUS, Quadra 01, Bloco G, Lotes 3 e 5, Asa Sul, CEP: 70070-010, **Concessionária** do serviço público do trecho ferroviário da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, conforme a Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, neste ato representada por [●], [qualificação], e por [●], [qualificação], doravante denominada “**Interveniente Subconcedente**”.

de outro lado, na qualidade de **Subconcessionária**:

- (3) [●], com sede em [●], Estado de [●], na [endereço], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Economia, sob o nº [●], neste ato devidamente representada, na forma de seu Estatuto Social, pelos Srs. [●], [qualificação];

**ANTT, Interveniente Subconcedente e Subconcessionária** doravante denominadas, em conjunto, como **Partes** e, individualmente, como **Parte**;

Resolvem celebrar o presente **Contrato de Subconcessão** (o “**Contrato**”), de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

## **1 Disposições Iniciais**

### **1.1 Definições**

- 1.1.1 Para os fins do presente **Contrato**, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões, sem prejuízo de outras aqui estabelecidas:
  - (i) **Acréscimo à Outorga**: valor que será incrementado ao **Valor de Outorga**, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato de Subconcessão**, em função do atraso, alteração dos prazos, ou supressão dos **Investimentos com Prazo Determinado**, e da não utilização dos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico e dos Recursos para a Preservação da Memória Ferroviária, apurado nos termos do **Anexo 6**.
  - (ii) **ANTT**: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
  - (iii) **Adjudicatária: Proponente** declarada vencedora da **Licitação** pela **ANTT**, a quem foi adjudicado o objeto da **Subconcessão**.
  - (iv) **Anexo(s)**: cada um dos documentos anexos ao **Contrato**.

- (v) **Bens da Subconcessão:** os bens necessários à prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas associado à exploração de infraestrutura da malha ferroviária subconcedida, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da **Subconcessionária**.
- (vi) **Bens Reversíveis:** os **Bens da Subconcessão** indispensáveis à continuidade da prestação dos serviços relacionados à **Subconcessão**, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**, e que serão revertidos à União ao término deste **Contrato**.
- (vii) **Caderno de Obrigações:** conjunto de obrigações constantes no **Anexo 1** deste **Contrato**, que tem por escopo definir o Relatório de Acompanhamento Anual (RAA), o **Plano de Investimentos**, as **Especificações Técnicas Mínimas** e as **Obrigações Complementares**, os quais são de cumprimento obrigatório pela **Subconcessionária**, com vistas a assegurar a adequada exploração da infraestrutura e prestação do serviço de transporte ferroviário, a preservação dos **Bens da Subconcessão**, bem como a redução e mitigação de impactos socioambientais..
- (viii) **CCO:** Centro de Controle Operacional, da **Subconcessionária**.
- (ix) **Coligada:** sociedade submetida à influência significativa de outra sociedade. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.
- (x) **Concessão:** outorga conferida à **Concessionária VALEC**, de forma legal, através da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
- (xi) **Concessionária:** a empresa pública federal VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
- (xii) **Contrato de Subconcessão ou Contrato:** o presente instrumento jurídico de outorga de **Subconcessão** firmado entre a **ANTT** e a **Subconcessionária**, com a anuência da **Interveniente Subconcedente**, para a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura ferroviária da EF-334 no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetitê/BA, nos termos, prazos e condições estabelecidos neste **Contrato** e em seus **Anexos**, e na Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, bem como pela legislação e regulamentação aplicável.
- (xiii) **Controladora:** qualquer pessoa jurídica que exerça **Controle** sobre outra entidade.
- (xiv) **Controle:** o poder, detido por pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores da **Subconcessionária**; e (ii) efetivamente dirigir

as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos da **Subconcessionária**.

(xv) **CVM**: Comissão de Valores Mobiliários, autarquia federal criada pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

(xvi) **Data de Assunção**: data de assinatura do **Contrato de Subconcessão**.

(xvii) **Desapropriações**: o conjunto de ações e dos processos de desapropriação de bens imóveis a serem adotados para o cumprimento do **Contrato de Subconcessão**.

(xviii) **DNIT**: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

(xix) **DOU**: Diário Oficial da União.

(xx) **Edital**: o **Edital de Subconcessão** nº 01/2020, e todos os seus **Anexos**.

(xxi) **Especificações Técnicas Mínimas**: parâmetros e indicadores técnicos mínimos obrigatórios para a exploração da infraestrutura ferroviária e prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas, nos termos do **Caderno de Obrigações**.

(xxii) **Ferrovia**: todas as instalações, obras de arte, infraestruturas, superestruturas, ramais, sistemas de sinalização, edificações e demais bens que sejam necessários à disponibilização do trecho da ferrovia EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetitê/BA para o transporte ferroviário, conforme termos e condições deste **Contrato** e seus respectivos **Anexos**, e regulamentação da **ANTT**.

(xxiii) **Fluxo de Caixa Marginal**: metodologia de cálculo do impacto na equação econômico-financeira do **Contrato**, prevista no **Anexo 3**, em decorrência de revisão extraordinária, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.

(xxiv) **Garantia de Execução**: a garantia que a **Subconcessionária** deverá manter em favor da **ANTT** para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, no montante e nos termos definidos na Cláusula 11.

(xxv) **Instituições Financiadoras**: instituições financeiras com quem a **Subconcessionária** tenha celebrado os contratos de financiamento referentes à execução do presente **Contrato**.

(xxvi) **Interveniente Subconcedente**: a empresa pública federal VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

(xxvii) **Investimentos Adicionais**: intervenções, obras, atividades e serviços não previstos no **Caderno de Obrigações**, mas que venham a ser considerados necessários para a adequada prestação do serviço, mediante solicitação ou autorização da **ANTT**.

(xxviii) **Investimentos com Prazo Determinado**: intervenções que deverão ser concluídas pela **Subconcessionária** nos prazos e condições estabelecidas no **Caderno de Obrigações**.

- (xxix) **Investimentos Condicionados à Demanda:** intervenções que deverão ser realizadas pela **Subconcessionária** para o atendimento da demanda de transporte, nos termos do **Caderno de Obrigações**.
- (xxx) **IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que será o índice utilizado na composição do **IRT**, devendo ser substituído por outro que venha a ser criado em seu lugar na hipótese de sua extinção.
- (xxxi) **IPCA<sub>i</sub>:** significa o número-índice do **IPCA** de dois meses anteriores à data-base de reajuste da **Tabela Tarifária**.
- (xxxii) **IPCA<sub>o</sub>:** significa o número-índice do **IPCA** de agosto de 2020.
- (xxxiii) **IRT:** índice de reajustamento para atualização monetária do valor da **Tabela Tarifária** e de outras variáveis definidas neste **Contrato**, calculado com base na variação do **IPCA** entre agosto de 2020 e dois meses anteriores à data-base de reajuste da **Tabela Tarifária**, conforme a seguinte fórmula:  
**IRT = IPCA<sub>i</sub>/IPCA<sub>o</sub>**.
- (xxxiv) **Licitação:** o procedimento público conduzido pela **ANTT** por meio do qual se selecionou isonomicamente, dentre as propostas apresentadas, a da **Subconcessionária**, com base nos critérios previstos no **Edital** para a realização do objeto desta **Subconcessão**.
- (xxxv) **Limite de Dispersão Tarifária:** são os valores máximos e mínimos da **Tarifa de Transporte** que poderão ser cobrados dos **Usuários** pela **Subconcessionária**, apurado nos termos do **Anexo 4**, sem prejuízo do valor máximo estabelecido pela **Tarifa de Referência**.
- (xxxvi) **Manual de Contabilidade:** manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, instituído pela Resolução **ANTT** nº 1.773, de 20 de dezembro de 2006, e suas revisões, incluindo a Revisão nº 3, instituída pela Resolução **ANTT** nº 5.402, de 9 de agosto de 2017, ou aquela que venha a substituí-la.
- (xxxvii) **Material Rodante:** veículo ferroviário, automotor ou não, destinado à prestação dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas, à manutenção da **Ferrovia** e ao apoio operacional.
- (xxxviii) **Obrigações Complementares:** são as determinações complementares essenciais para a adequada prestação do serviço de transporte ferroviário, nos termos do **Caderno de Obrigações**.
- (xxxix) **Operações Acessórias:** aquelas complementares à realização do transporte ferroviário de cargas, pagas pelo **Usuário**, e que poderão ensejar o auferimento de receitas, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.
- (xl) **Partes:** **ANTT**, **Interveniente Subconcedente** e **Subconcessionária**.
- (xli) **Partes Relacionadas:** qualquer pessoa **Controladora**, **Coligada** ou **Controlada** pela **Subconcessionária**, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.

- (xlii) **Plano de Investimentos:** são os **Investimentos com Prazo Determinado** e os **Investimentos Condicionados à Demanda** a serem realizados pela **Subconcessionária**, nos termos do **Caderno de Obrigações**.
- (xliii) **Poder Concedente:** a União, neste ato representada pela **ANTT**.
- (xliv) **Política de Transações com Partes Relacionadas:** documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da **Subconcessionária** que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a **Subconcessionária** e suas **Partes Relacionadas**, nos termos deste **Contrato**.
- (xlv) **Preço:** é o valor pago à **Subconcessionária** pela prestação de **Operações Acessórias** ou pela exploração dos projetos associados.
- (xlvi) **Projeto (s):** conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, que possibilite a avaliação dos custos, definição dos métodos e do prazo de execução da obra e/ou serviço objeto deste **Contrato de Subconcessão**.
- (xlvii) **Receita Operacional Bruta:** é soma da (i) Receita Bruta dos Serviços Ferroviários e (ii) Receitas Alternativas, de acordo com as definições do **Manual de Contabilidade**, auferida pela **Subconcessionária** ao longo do prazo da **Subconcessão**.
- (xlviii) **SPE:** sociedade de propósito específico constituída pela **Adjudicatária** sob a forma de sociedade por ações, que celebrará este **Contrato de Subconcessão** com a **ANTT** e a **Interveniente Subconcedente**.
- (xlix) **Subconcessão:** subconcessão de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura ferroviária, nos prazos e nas condições estabelecidas neste **Contrato** e em seus **Anexos**, assim como na legislação e regulamentos aplicáveis.
  - (I) **Subconcessionária:** a **SPE** qualificada no preâmbulo deste **Contrato**.
  - (II) **Tabela Tarifária:** relação de mercadorias, faixas quilométricas e valores constantes do **Anexo 7**, que mediante a aplicação de fórmula própria, permite o cálculo da **Tarifa de Referência**.
  - (III) **Tarifa de Direito de Passagem:** é o valor pago por qualquer interessado que detenha outorga, à **Subconcessionária**, pela utilização da via permanente e do sistema de licenciamento de trens, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.
  - (IIII) **Tarifa de Referência:** é o limite máximo da **Tarifa de Transporte** e da **Tarifa de Direito de Passagem**, que poderá ser exigido pela **Subconcessionária**, medida em R\$/unidade de carga, calculada de acordo com fórmula constante do **Anexo 7**.
  - (IV) **Tarifa de Tráfego Mútuo:** é o valor pago por qualquer interessado que detenha outorga, à **Subconcessionária**, pelo compartilhamento da via

permanente, sistema de licenciamento de trens e recursos operacionais, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.

- (iv) **Tarifa de Transporte:** é o valor pago pelo **Usuário** à **Subconcessionária** em um determinado fluxo, medida em R\$/unidade de carga, não incluído o **Preço** pago pelas **Operações Acessórias**, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.
- (lvi) **Termo de Recebimento Definitivo:** documento assinado pela **ANTT**, **Interveniente Subconcedente** e **Subconcessionária**, emitido após o decurso do prazo para a reclamação prevista na Subcláusula 3.1.3(i), e que contém a aceitação expressa e definitiva da **Subconcessionária** quanto à descrição do estado de conservação, operação e especificações técnicas dos bens indicados no **Termo de Recebimento Provisório**.
- (lvii) **Termo de Recebimento Provisório:** documento assinado pela **ANTT**, **Interveniente Subconcedente** e **Subconcessionária**, com o inventário realizado pela **Interveniente Subconcedente** acerca dos bens vinculados à **Concessão** e existentes a serem transferidos, com o estado de conservação, operação e especificações técnicas, e que formaliza a permissão de uso e acesso aos ativos, instalações e equipamentos da **Subconcessão**.
- (lviii) **Trens de Carga:** aqueles constituídos por vagões, e destinados ao transporte de mercadorias.
- (lix) **Trens de Passageiros:** aqueles constituídos por carros, e destinados a conduzir pessoas e suas bagagens.
- (lx) **Trens de Socorro ou Serviço:** aqueles constituídos por vagões, carros e equipamentos, e destinados a atender acidentes ou a serviços emergenciais da **Ferrovia**.
- (lxi) **URS:** unidade referencial de sanção, correspondente a 500 (quinhentas) vezes o maior valor da parcela fixa, expressa em R\$/t, da **Tabela Tarifária**.
- (lxii) **Usuário:** toda pessoa, física ou jurídica, que utilize a **Ferrovia**.
- (lxiii) **Valor de Outorga:** contrapartida pecuniária a ser paga trimestralmente pela **Subconcessionária** à **ANTT** pelo prazo da **Subconcessão**, correspondente a percentual da receita bruta da **Subconcessão**, devida pelo direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, nos termos do **Contrato**.

## 1.2 Regras de Interpretação

### 1.2.1 Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

- (i) as definições do **Contrato** serão igualmente aplicadas em suas formas singular e plural;

- (ii) as referências ao **Contrato** ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as **Partes**; e
  - (iii) referências a diplomas legais devem ser interpretados de acordo com tais documentos, conforme alterados.
- 1.2.2 No caso de divergência entre o **Edital** (inclusive seus **Anexos**) e o **Contrato**, prevalecerá o disposto no **Edital**.
- 1.2.3 No caso de divergência entre o **Contrato** e seus **Anexos**, prevalecerá o disposto neste **Contrato**.
- 1.2.4 No caso de divergência entre os **Anexos**, prevalecerão aqueles emitidos pela **ANTT**.
- 1.2.5 No caso de divergência entre os **Anexos** emitidos pela **ANTT**, prevalecerá aquele de data mais recente.

### 1.3 Anexos

- 1.3.1 Integram o **Contrato**, para todos os efeitos legais e contratuais, os seguintes **Anexos**:
- Anexo 1: Caderno de Obrigações;**
  - Anexo 2: Garantia de Execução** apresentada pela **Subconcessionária**;
  - Anexo 3: Fluxo de Caixa Marginal;**
  - Anexo 4: Limite de Dispersão Tarifária;**
  - Anexo 5: Procedimento para reclamação de vícios** flagrados durante o **Termo de Recebimento Provisório**;
  - Anexo 6: Acréscimo à Outorga;**
  - Anexo 7: Tabela Tarifária;** e
  - Anexo 8: Edital.**

## 2 Objeto e Prazo do Contrato

- 2.1 O objeto do **Contrato** é a **Subconcessão** pela **Interveniente Subconcedente** da construção e da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, nos termos, prazos e condições estabelecidos neste Contrato e em seus Anexos, e na Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, bem como pela legislação e regulamentação aplicável.
- 2.1.1 A prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária tem caráter de exclusividade, bem como os serviços de abastecimento e licenciamento.
- 2.1.2 A prestação do serviço de transporte ferroviário não associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária não terá caráter de exclusividade.

- 2.2** O prazo da **Subconcessão** é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir da **Data de Assunção**, sendo vedada a sua prorrogação.

### **3 Bens da Subconcessão**

#### **3.1 Composição**

**3.1.1** Integram a **Subconcessão** os bens necessários à prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas associado à exploração de infraestrutura da malha ferroviária subconcedida (**Bens da Subconcessão**), cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da **Subconcessionária**.

**3.1.2** Os bens integrantes da **Subconcessão** compreendem:

- (i) todos os bens de propriedade da **Subconcessionária**, adquiridos e construídos para a execução do **Contrato**;
- (ii) todos os bens da **Ferrovia** cuja posse foi transferida pela **Interveniente Subconcedente** à **Subconcessionária**;
- (iii) todos os bens adquiridos, arrendados e locados de terceiros pela **Subconcessionária** para a execução do **Contrato**; e
- (iv) todos os bens decorrentes de investimentos realizados por **Usuários** na **Ferrovia**, em razão do objeto da **Subconcessão**.

**3.1.3** A **Subconcessionária**, na data de assinatura do **Contrato**, assinará também o **Termo de Recebimento Provisório**.

- (i) com a **Data de Assunção**, será iniciada a contagem do prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para que a **Subconcessionária** reclame formalmente à **ANTT** sobre vícios ocultos que acometam os bens da **Ferrovia** cuja posse foi a ela transferida pela **Interveniente Subconcedente**, nos termos do **Anexo 5**.
- (ii) ouvidas as **Partes**, a **ANTT** proferirá decisão acerca da reclamação, no prazo estabelecido no **Anexo 5**, garantido o equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.
- (iii) o prazo estabelecido na subcláusula 3.1.3 (i) é improrrogável, devendo a **ANTT** indeferir qualquer reclamação intempestiva.
- (iv) a **Subconcessionária** não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** com relação aos vícios ocultos reclamados fora do prazo estipulado na subcláusula 3.1.3 (i).

**3.1.4** Transcorrido o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a **Subconcessionária** deverá assinar o **Termo de Recebimento Definitivo** dos bens vinculados à **Subconcessão**.

**3.1.5** Na hipótese de a **Subconcessionária** fazer uso do direito previsto na subcláusula 3.1.3(i), o **Termo de Recebimento Definitivo** deverá ser assinado pelas **Partes** após a decisão final da **ANTT** sobre a reclamação.

- 3.1.6** A **Subconcessionária** obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, e às suas expensas, os **Bens da Subconcessão**, durante a vigência do **Contrato de Subconcessão**, efetuando as reparações, renovações e adaptações necessárias, inclusive adotando as providências cabíveis para a sua desocupação se e quando invadidos por terceiros.
- 3.1.7** A **Subconcessionária** obriga-se, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da **Data de Assunção**, a realizar o inventário dos **Bens da Subconcessão** e a mantê-lo devidamente atualizado, anualmente, disponibilizando acesso permanente e ininterrupto à **ANTT**.
- 3.1.8** O inventário de **Bens da Subconcessão** previsto na subcláusula 3.1.7 indicará as invasões por terceiros em **Bens da Subconcessão** anteriores ou posteriores à **Data de Assunção**.
- 3.1.9** Os passivos ambientais, construtivos, e por invasões na faixa de domínio anteriores ou posteriores à **Data de Assunção** e assim identificados não serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.
- 3.1.10** Investimentos, pagamentos, custos e despesas relacionados com os passivos ambientais, construtivos e por invasões na faixa de domínio, não serão objeto de ação regressiva em face da **Interveniente Subconcedente**, inclusive quanto a fato gerador anterior à **Data de Assunção**.
- 3.2 Restrições à Alienação e à Aquisição**
- 3.2.1** A **Subconcessionária** somente poderá alienar, onerar ou transferir a posse dos bens mencionados na subcláusula 3.1.2(ii), mediante prévia e expressa autorização da **ANTT**.
- 3.2.2** A **Subconcessionária** somente poderá alienar, onerar ou transferir o **Material Rodante** mediante prévia comunicação à **ANTT**.
- 3.2.3** A partir do antepenúltimo ano do **Contrato de Subconcessão**, a **Subconcessionária** não poderá alienar, onerar ou transferir quaisquer **Bens da Subconcessão** sem a prévia e expressa autorização da **ANTT**.
- 3.2.4** Todos os **Bens da Subconcessão** ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela **Subconcessionária** ao fim do prazo da **Subconcessão**, de acordo com os termos da legislação, não cabendo qualquer indenização no advento do termo contratual.
- (i) o disposto na subcláusula 3.2.4 se aplica a todas as obrigações de investimento originalmente previstas no **Caderno de Obrigações**, suas adições e adequações, independentemente do momento em que elas forem realizadas ou tenham sua realização solicitada pela **ANTT**, bem como aos investimentos realizados por conta e risco da **Subconcessionária**.
- 4 Autorizações Governamentais e Plano de Investimentos**
- 4.1** A **Subconcessionária** deverá, às suas expensas:

*Minuta de Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020*

- 4.1.1 Obter e manter todas as licenças, permissões, autorizações, manifestações e outorgas necessárias ao pleno exercício das atividades objeto da **Subconcessão**;
  - 4.1.2 Adotar todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação, para a obtenção das licenças, permissões, autorizações, manifestações e outorgas necessárias ao pleno exercício das atividades objeto da **Subconcessão**, arcando com as despesas e custos correspondentes;
  - 4.1.3 Cumprir as condicionantes ambientais já existentes ou que vierem a ser exigidas pelos órgãos ambientais, e arcar com os custos delas decorrentes, ainda que a licença seja obtida ou tenha sido solicitada por terceiros.
- 4.2 O trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetitê/BA possui Licença de Instalação, devendo a **Interveniente Subconcedente** proceder o desmembramento da licença para o trecho objeto da **Subconcessão**, e a **Subconcessionária** atender e manter o cumprimento de todas as condicionantes, conforme relatório que deverá ser entregue pela **Interveniente Subconcedente** na data de assinatura do **Contrato**.
- 4.3 As ações de compensação ambiental e plantio compensatório referentes ao trecho mencionado nas subcláusula 4.2 ficarão sob a responsabilidade da **Subconcessionária** a partir da data de assinatura do **Contrato**.
- 4.4 A **Subconcessionária** deverá elaborar e apresentar para apreciação da **ANTT** todos os **Projetos** necessários para a execução do **Plano de Investimentos**, contido no **Caderno de Obrigações**.
- 4.4.1 A **Subconcessionária** terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da **Data de Assunção**, para solicitar à **ANTT** modificações nos **Projetos** elaborados pela **Interveniente Subconcedente** para a conclusão das obras referentes aos **Investimentos com Prazo Determinado**.
  - 4.4.2 A possível ocorrência da modificação prevista na subcláusula 4.4.1 não altera a obrigação da **Subconcessionária** iniciar a operação ferroviária, em até 5 (cinco) anos, contados a partir da **Data de Assunção**.
- 4.5 A **ANTT** terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de seu recebimento, e desde que toda a documentação exigida esteja nos autos, para apreciar os **Projetos** apresentados pela **Subconcessionária**, bem como a eventual modificação prevista na subcláusula 4.4.1, e emitir juízo a respeito deles:
- 4.5.1 Os **Projetos** poderão ser autorizados sem ou com ressalvas;
  - 4.5.2 Os **Projetos** não autorizados pela **ANTT** serão devolvidos à **Subconcessionária**, para que ela execute as alterações ou complementações necessárias.
- 4.6 A **Subconcessionária** deverá elaborar, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da **Data de Assunção**, cronograma físico de implantação dos **Investimentos com Prazo Determinado** previstos no **Caderno de Obrigações**, com as respectivas entregas anuais, conforme disciplinado em ato específico da **ANTT**.
- 4.7 A **ANTT** terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de seu recebimento, para apreciar o cronograma físico de implantação dos **Investimentos com Prazo Determinado**, e emitir juízo a respeito do mesmo, que passará a ser vinculativo.

- 4.8** A autorização dos **Projetos** pela **ANTT** não exclui a necessidade de sua alteração posterior para eventual adequação aos requisitos constantes no **Contrato**, na legislação e na regulamentação do setor.
- 4.9** A autorização dos **Projetos** pela **ANTT**, a resposta às consultas feitas pela **Subconcessionária** e os esclarecimentos ou modificações solicitadas pela **ANTT** à **Subconcessionária** não alterarão, de qualquer forma, a alocação de riscos prevista no **Contrato**.
- 4.10** Concluídas as intervenções previstas nos **Projetos**, a **Subconcessionária** deverá notificar a **ANTT** para:
- 4.10.1** Realizar inspeção no local para avaliação das intervenções realizadas pela **Subconcessionária**;
- 4.10.2** Emitir relatório conclusivo, avaliando se a **Subconcessionária** cumpriu com os requisitos estabelecidos.
- 4.11** A **ANTT** terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de recebimento da notificação prevista na subcláusula 4.10, para emitir relatório conclusivo.
- 4.12** A não obtenção de licenças, permissões, autorizações, manifestações e outorgas relacionadas ao objeto da **Subconcessão** não acarretará responsabilização da **Subconcessionária**, desde que não tenham sido emitidas pelo órgão competente por fato alheio a sua vontade ou que não lhe possa ser exclusivamente imputado, sem prejuízo da aplicação do **Acréscimo à Outorga**

## **5 Desapropriações, Desocupações, Instalações de Terceiros na Faixa de Domínio**

### **5.1 Desapropriações**

#### **5.1.1 Cabe à ANTT:**

- (i) editar os atos de declaração de utilidade pública necessários às **Desapropriações** e às servidões administrativas vinculadas à **Subconcessão**;

#### **5.1.2 Cabe à Subconcessionária, como entidade delegada do Poder Concedente:**

- (i) apresentar antecipadamente à **ANTT** as informações e documentos necessários à edição dos atos de declaração de utilidade pública;
- (ii) realizar cadastro topográfico e documental, discriminando as propriedades, conforme sua situação fundiária, especificando a extensão, por propriedade;
- (iii) obter certidões atualizadas dos cartórios de registro de imóveis competentes com informações acerca das titularidades dos imóveis;
- (iv) promover as **Desapropriações**, servidões administrativas, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à **Subconcessão**, bem como executar eventuais reassentamentos;
- (v) efetuar o pagamento das indenizações devidas pelas **Desapropriações**;

- (vi) arcar com todos os custos decorrentes dos reassentamentos;
- (vii) realizar os investimentos, pagamentos, arcar com os custos e despesas decorrentes da execução dos atos referidos nos itens anteriores, seja por via consensual ou por intermédio de ações judiciais; e
- (viii) criar e manter banco de dados atualizado pelo período em que durarem as **Desapropriações**, contendo as informações utilizadas para definição do valor dos imóveis, observadas as normas da NBR 14.563 ou outra que vier a substituí-la.

**5.1.3** A **Subconcessionária** deverá envidar esforços junto aos proprietários ou possuidores das áreas destinadas à implantação das instalações necessárias à exploração dos serviços da **Subconcessão**, objetivando promover, de forma amigável, a liberação das áreas.

**5.1.4** O pagamento, pela **Subconcessionária**, ao terceiro desapropriado ou sobre cuja propriedade foi instituída servidão administrativa ou provisoriamente ocupada para os fins previstos no **Contrato**, quando realizado pela via privada, ou seja, por acordo entre a **Subconcessionária** e terceiro indicado, deverá estar baseado em laudo de avaliação subscrito por perito especializado, a ser apresentado à **ANTT** quando solicitado.

## **5.2 Desocupações da Faixa de Domínio**

**5.2.1** A **Subconcessionária** é responsável por manter a integridade da faixa de domínio da **Ferrovia**, devendo arcar com todos os custos e despesas relacionados e adotar as providências cabíveis para a sua desocupação se e quando invadida por terceiros.

**5.2.2** As ocupações na faixa de domínio, mesmo que anteriores à **Data de Assunção**, serão de responsabilidade da **Subconcessionária**, devendo esta promover as medidas necessárias, inclusive as de cunho judicial, visando à proteção dos **Bens da Subconcessão**.

## **5.3 Instalações de Terceiros na Faixa de Domínio**

**5.3.1** A **Subconcessionária** deverá, sempre que necessário, permitir o cruzamento da **Ferrovia** por quaisquer instalações ou redes de serviço público, devendo ser executados os serviços correspondentes de forma a acarretar a menor perturbação possível à circulação e à prestação dos serviços.

**5.3.2** A forma e os meios de realização e conservação das instalações a que se refere a subcláusula 5.3.1 deverão ser estabelecidos em contratos celebrados entre a **Subconcessionária** e as entidades responsáveis pelas instalações ou redes de serviço público, que deverão suportar os custos com tais atividades e demais compensações eventualmente devidas pela sua conservação.

**5.3.3** As obrigações da **Subconcessionária** em relação à faixa de domínio são aquelas definidas neste **Contrato**, e nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.

## **6 Atraso na Edição do Ato de Declaração de Utilidade Pública**

A ausência de obtenção de declaração de utilidade pública dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da solicitação formulada perante a **ANTT** não acarretará responsabilização da **Subconcessionária**, desde que tal declaração não tenha sido emitida pela **ANTT** por fato alheio à vontade da **Subconcessionária** ou fato que não possa ser exclusivamente imputado à **Subconcessionária**, sem prejuízo à aplicação do **Acréscimo à Outorga**.

## **7 Investimentos Adicionais**

- 7.1** A **ANTT** poderá determinar, de forma unilateral, a realização de **Investimentos Adicionais**, cujas condições e limitações serão estabelecidas em ato específico.
- 7.2** A **Subconcessionária** não poderá se opor a realização dos **Investimentos Adicionais**, sendo-lhe assegurado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.
- 7.3** Não serão considerados **Investimentos Adicionais** aqueles relacionados ao cumprimento das obrigações constantes no **Caderno de Obrigações**, inclusive os **Investimentos com Prazo Determinado**, os **Investimentos Condicionados à Demanda** e os investimentos para atendimento das **Especificações Técnicas Mínimas**.

## **8 Acidentes Ferroviários**

- 8.1** A **Subconcessionária** deverá adotar práticas de prevenção de acidentes ferroviários.
- 8.2** A **Subconcessionária** deverá promover o atendimento às emergências ferroviárias e prestar auxílio para que se viabilize o adequado atendimento às eventuais vítimas.
- 8.3** Em caso de acidente ferroviário, a **Subconcessionária** será responsável por sua apuração e também pela integridade dos **Bens da Subconcessão**, realizando os reparos necessários.
- 8.4** Os acidentes ferroviários devem ser comunicados pela **Subconcessionária** à **ANTT**, nos termos da regulamentação específica, bem como, a depender do tipo de ocorrência, aos órgãos de segurança pública, de saúde pública e órgãos ambientais.

## **9 Compartilhamento da Infraestrutura Ferroviária e dos Recursos Operacionais**

- 9.1** A **Subconcessionária** deverá garantir ao terceiro interessado, que possua outorga que permita a prestação do serviço de transporte ferroviário, inclusive ao Operador Ferroviário Independente, o acesso à infraestrutura ferroviária e aos recursos operacionais da **Ferrovias**, nos seguintes termos:
  - 9.1.1** O compartilhamento da infraestrutura ferroviária e dos recursos operacionais será realizado por direito de passagem e através do tráfego mútuo, respectivamente, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.
  - 9.1.2** As condições para o compartilhamento da infraestrutura ferroviária e de recursos operacionais serão estabelecidas entre a **Subconcessionária** e os terceiros interessados, vedado o estabelecimento de exigências mais restritivas que aquelas regulamentadas pela **ANTT**.

- 9.2** Os Contratos Operacionais Específicos – COEs entre a **Subconcessionária** e os terceiros interessados serão de livre negociação, observada a **Tarifa de Referência** constante do **Anexo 7** e a regulamentação específica da **ANTT**.
- 9.3** Devem ser observados os seguintes critérios nas operações de direito de passagem:
- (i) a **Subconcessionária** é responsável por disponibilizar equipamentos compatíveis com seus sistemas de sinalização e comunicação às locomotivas do terceiro interessado, às expensas do terceiro interessado;
  - (ii) a **Subconcessionária** deve prover os equipamentos e sistemas necessários, em condições de preços compatíveis com os por ela adquiridos;
  - (iii) a **Subconcessionária** deve, mediante remuneração a ser paga pelo terceiro interessado, fornecer qualificação técnica para a habilitação de maquinistas para operação nos trechos ferroviários compartilhados.
- 9.4** Garantido o acesso à infraestrutura ferroviária e aos recursos operacionais, a **Subconcessionária** deverá assegurar que o licenciamento seja feito de acordo com a seguinte ordem de prioridade:
- (i) **Trens de socorro ou serviço;**
  - (ii) **Trens de passageiros;**
  - (iii) **Trens de carga.**
- 9.5** A prioridade indicada para os trens de passageiros deverá ser mantida, ainda que estejam atrasados.
- 9.6** A ordem de despacho dos trens deverá obedecer à ordem de chegada, de modo que o primeiro a chegar também seja o primeiro a sair.

## **10 Financiamento**

- 10.1** A **Subconcessionária** é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários para cumprir cabal e tempestivamente com todas as obrigações assumidas neste **Contrato**, podendo escolher, a seu critério e de acordo com sua própria avaliação, as modalidades e os tipos de financiamento disponíveis no mercado, em moeda nacional ou estrangeira.
- 10.2** A **Subconcessionária** deverá apresentar à **ANTT** cópia autenticada dos contratos de financiamento que venha a celebrar, e de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha a emitir para a obtenção de recursos para a exploração da **Subconcessão**, nos quais foram oferecidos em garantia direitos emergentes da **Subconcessão**, bem como quaisquer alterações a esses instrumentos, no prazo de 30 (trinta) dias da data de sua assinatura ou emissão, conforme o caso.
- 10.3** A **Subconcessionária** não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição dos contratos de financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste **Contrato**.

- 10.4** Mediante prévia e expressa autorização da **ANTT**, e nos termos da regulamentação específica, a **Subconcessionária** poderá dar em garantia, nas operações de crédito vinculadas ao cumprimento das obrigações deste **Contrato**, os direitos emergentes da **Subconcessão**.
- 10.4.1** Consideram-se direitos emergentes da **Subconcessão**, inclusive, mas não se limitando, as receitas decorrentes do pagamento da **Tarifa de Transporte**, da **Tarifa de Direito de Passagem** e da **Tarifa de Tráfego Mútuo**, da exploração das **Operações Acessórias**, da exploração dos projetos associados, das indenizações devidas em virtude do **Contrato**, bem como bens e ativos de propriedade da **Subconcessionária** e as ações representativas de seu **Controle**, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução do objeto da **Subconcessão**.
- 10.4.2** Os direitos emergentes da **Subconcessão** poderão ser empenhados, cedidos fiduciariamente, vinculados, gravados ou, de qualquer outra forma, transferidos diretamente ao financiador, sujeitos aos limites e aos requisitos legais aplicáveis.
- 10.4.3** Caso a **Subconcessionária** tenha cedido à(s) **Instituição(ões) Financiadora(s)** direitos emergentes da **Subconcessão**, os pagamentos respectivos poderão ser efetuados pelo(s) **Usuário(s)** diretamente a esta(s) ou a quem esta(s) indicar(em), observando os mesmos prazos e condições referentes aos pagamentos efetuados à **Subconcessionária**.
- 10.5** É vedado à **Subconcessionária**:
- 10.5.1** Prestar garantias, contrair empréstimos, financiamentos e outras dívidas cujos recursos não sejam aplicados à **Subconcessão**.
- 10.5.2** Conceder empréstimos, financiamentos, mútuos e outras formas de transferência de recursos para seus acionistas ou para empresas em que eles detenham participação acionária ou para **Partes Relacionadas**, exceto a título de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio, bonificação em ações, pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrados em condições equitativas de mercado.
- 10.5.3** Prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas **Partes Relacionadas** ou terceiros.
- 10.6** Mediante prévia e expressa autorização da **ANTT**, e nos termos da regulamentação específica, a **Subconcessionária** poderá emitir títulos e valores mobiliários conversíveis em ações que possam influir na composição do **Controle**.
- 10.7** A **Subconcessionária** poderá prestar garantias, para assegurar obrigações financeiras assumidas por sua (s) **Controladora** (s) ou por sua (s) **Coligada** (s) que não seja detentora de outorga para a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura ferroviária, desde que a integralidade dos recursos financeiros captados seja imediatamente destinada à **Subconcessionária** para a adequada prestação do serviço objeto da **Subconcessão**.

## **11** **Garantia de Execução**

- 11.1 A **Garantia de Execução** deverá ser mantida durante todo o prazo do **Contrato**, e até a lavratura do termo definitivo de devolução da **Ferrovia**, como garantia do fiel cumprimento pela **Subconcessionária** de suas obrigações contratuais, no montante indicado na tabela abaixo:

Tabela 1

<b>Etapa do Contrato</b>	<b>Valor da Garantia de Execução</b>
Até conclusão dos <b>Investimentos com Prazo Determinado</b>	R\$ 288.332.000,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e dois mil reais)
Da conclusão dos <b>Investimentos com Prazo Determinado</b> até o final do quarto ano imediatamente anterior ao final do <b>Contrato</b>	R\$ 86.521.000,00 (oitenta e seis milhões, quinhentos e vinte e um mil reais)
Do início do terceiro ano imediatamente anterior ao final do <b>Contrato</b> até o termo definitivo de devolução da <b>Ferrovia</b>	R\$ 288.332.000,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e dois mil reais)

- 11.1.1 A **Garantia de Execução** será reajustada anualmente, com o mesmo índice e na mesma data em que se der o reajuste da **Tabela Tarifária**, de acordo com a fórmula **Garantia de Execução x IRT**.
- 11.1.2 É vedada a redução do valor da **Garantia de Execução** na hipótese de execução parcial dos **Investimentos com Prazo Determinado**.
- 11.2 A **Subconcessionária** permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, independentemente da utilização da **Garantia de Execução**.
- 11.3 A **Garantia de Execução**, a critério da **Subconcessionária**, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, isoladamente ou em conjunto:
- (i) caução, em dinheiro ou títulos da dívida pública;
  - (ii) fiança bancária; ou
  - (iii) seguro-garantia.
- 11.4 Na hipótese de caução em títulos da dívida pública federal, serão aceitos, apenas, títulos emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 11.5 Na hipótese de seguro-garantia, será aceito certificado de contratação de apólice emitido por seguradora ou resseguradora, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de vencimento da garantia anteriormente prestada.
- 11.6 É de inteira responsabilidade da **Subconcessionária** manter as cartas de fiança e as apólices de seguro-garantia em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o prazo

da **Subconcessão**, até a assinatura do termo definitivo de devolução da **Ferrovia**, conforme o caso, devendo promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

**11.6.1** As apólices de seguro-garantia e as fianças bancárias devem ser contratadas, respectivamente, com seguradoras e resseguradoras e com instituições financeiras de primeira linha, assim entendidas aquelas cuja classificação de risco, em escala nacional, esteja compreendida na categoria “grau de investimento” em pelo menos uma das seguintes agências: Fitch, Standard & Poor’s ou Moody’s.

**11.6.2** Qualquer modificação no conteúdo da carta de fiança ou apólice do seguro-garantia deve ser previamente submetida à aprovação da **ANTT**.

**11.7** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no **Contrato** e na regulamentação, a **Garantia de Execução** poderá ser utilizada nos seguintes casos, salvo se decorrente de fato não imputável à **Subconcessionária**:

- (i) quando a **Subconcessionária** não realizar o **Plano de Investimentos** e a prestação dos serviços objeto da **Subconcessão**, ou executá-los em desconformidade com o estabelecido neste **Contrato** e seus **Anexos**;
- (ii) quando a **Subconcessionária** não proceder ao pagamento das multas que lhe foram aplicadas, na forma do **Contrato** e da legislação, tais como, mas não se limitando, às multas previstas na Cláusula 24;
- (iii) pela devolução dos **Bens da Subconcessão** em desconformidade com as exigências estabelecidas no **Contrato**;
- (iv) quando a **Subconcessionária** não efetuar o pagamento da verba de fiscalização e do **Valor de Outorga** no prazo devido, bem como de quaisquer outras indenizações ou obrigações pecuniárias de sua responsabilidade;
- (v) pela não integralização do capital social exigido na Cláusula 29.1;
- (vi) pela não manutenção de patrimônio líquido mínimo, nos termos da subcláusula 29.4; e
- (vii) para assegurar o pagamento das importâncias devidas à **ANTT**, a qualquer título.

**11.8** A **Garantia de Execução** somente poderá ser executada, cumulativamente:

- (i) após a apuração do inadimplemento de obrigação legal, contratual ou regulamentar, em decisão final em processo administrativo, com a devida notificação da **Subconcessionária**; e
- (ii) após a devida notificação da **Subconcessionária** acerca da intenção da **ANTT** de executar a **Garantia de Execução**, com antecedência mínima 10 (dez) dias.

**11.9** A execução da **Garantia de Execução** não eximirá a **Subconcessionária** das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo **Contrato**.

**11.10** Sempre que a **ANTT** utilizar a **Garantia de Execução**, a **Subconcessionária** deverá proceder à reposição do seu montante integral, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua utilização, sendo que, durante este prazo, a **Subconcessionária** não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo **Contrato**.

## 12 Direitos e Deveres

### 12.1 Direitos e Deveres da ANTT

12.1.1 Sem prejuízo de outras disposições previstas em lei, no **Contrato** e em seus **Anexos**, são direitos da **ANTT**:

- (i) exigir da **Subconcessionária** o Relatório de Acompanhamento Anual (RAA) da **Subconcessão**, o cumprimento do **Plano de Investimentos**, das **Especificações Técnicas Mínimas**, e das **Obrigações Complementares**, em conformidade com o **Caderno de Obrigações**;
- (ii) extinguir unilateralmente, o **Contrato de Subconcessão**, ou propor a sua extinção, nos termos da legislação aplicável; e
- (iii) alterar as obrigações previstas neste **Contrato** e seus **Anexos**, respeitando o direito da **Subconcessionária** ao equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

12.1.2 Sem prejuízo de outras disposições previstas em lei, no **Contrato** e em seus **Anexos**, são deveres da **ANTT**:

- (i) fiscalizar a execução do **Contrato de Subconcessão**;
- (ii) realizar fiscalizações relativas a acidentes ferroviários, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**;
- (iii) intervir para garantir a prestação do serviço adequado;
- (iv) manter o equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**;
- (v) zelar pelos direitos dos **Usuários**, da **Subconcessionária**, e da coletividade;
- (vi) apresentar resposta aos pedidos e reclamações feitas pelos **Usuários** e **Subconcessionária**;
- (vii) aplicar as sanções administrativas cabíveis;
- (viii) atuar em conflitos que surgirem ao longo do prazo da **Subconcessão** entre a **Subconcessionária** e os **Usuários**;
- (ix) analisar e aprovar, tempestivamente, os **Projetos** que sejam submetidos à sua apreciação; e
- (x) lavrar, nos termos da Cláusula 3, **Termo de Recebimento Definitivo** com a **Subconcessionária**.

### 12.2 Direitos e Deveres da Interveniente Subconcedente

12.2.1 Sem prejuízo de outras disposições previstas em lei, no **Contrato** e em seus **Anexos**, são direitos da **Interveniente Subconcedente**:

- (i) propor à **ANTT** a aplicação das penalidades regulamentares e contratuais;

*Minuta de Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020*

- (ii) solicitar a Intervenção na **Subconcessão**, nos casos previstos no **Contrato**, para garantir a prestação de serviço adequado;
- (iii) solicitar a Extinção da **Subconcessão** nos casos previstos no **Contrato**; e
- (iv) participar como litisconsorte em ações de reintegração de posse envolvendo os **Bens da Subconcessão**.

**12.2.2** Sem prejuízo de outras disposições previstas em lei, no **Contrato** e em seus **Anexos**, são deveres da **Interveniente Subconcedente**:

- (i) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do **Contrato**;
- (ii) zelar pela boa qualidade do serviço, podendo, inclusive, receber, apurar e encaminhar à **ANTT** as queixas e reclamações dos usuários;
- (iii) exigir o cumprimento das normas e regulamentos sobre o transporte ferroviário;
- (iv) transferir à **Subconcessionária**, na data de assinatura do **Contrato**, por intermédio do **Termo de Recebimento Provisório**, a posse da infraestrutura ferroviária do trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA inclusive com a respectiva Licença de Instalação;
- (v) responsabilizar-se administrativa e criminalmente por danos ambientais decorrentes das obras e dos serviços, desde que relacionados a fatos geradores anteriores à **Data de Assunção**;
- (vi) celebrar, nos termos da Cláusula 3, **Termo de Recebimento Provisório** com a **Subconcessionária**; e
- (vii) transferir à **Subconcessionária**, no prazo de até 30 (dias), contados da **Data de Assunção**, todos os materiais de superestrutura já adquiridos para serem implantados na **Ferrovia**.

**12.3 Direitos e Deveres da Subconcessionária**

**12.3.1** Sem prejuízo de outras disposições previstas em lei, no **Contrato** e em seus **Anexos**, são direitos da **Subconcessionária**:

- (i) receber a **Tarifa de Transporte** dos **Usuários**, bem como as **Tarifas de Direito de Passagem** e de **Tráfego Mútuo**, em caso de compartilhamento da infraestrutura ferroviária e de recursos operacionais;
- (ii) explorar projetos associados, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**;
- (iii) explorar e perceber pelas **Operações Acessórias**, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**;
- (iv) receber indenização pelos danos que lhe forem causados, nos termos deste **Contrato** e seus **Anexos**;

*Minuta de Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020*

- (v) realizar quaisquer desembolsos relativos ao reequilíbrio econômico-financeiro apenas após a conclusão de processo administrativo específico;
- (vi) requerer e obter o reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, nas hipóteses nele admitidas e na legislação aplicável;
- (vii) peticionar perante à **ANTT**, desde que esteja em situação regular com suas obrigações contratuais;
- (viii) construir os terminais ferroviários que entender necessários para a prestação do serviço concedido;
- (ix) realizar a interligação ferroviária do trecho objeto da **Subconcessão** a Terminal de Uso Privado (TUP), sem que faça jus a qualquer reequilíbrio econômico-financeiro, observado o disposto na subcláusula 12.3.2(i); e
- (x) realizar investimentos, por sua conta e risco, com o objetivo de expandir a capacidade, melhorar a eficiência e a qualidade da prestação do serviço, sem que faça jus a qualquer reequilíbrio econômico-financeiro ou indenização no advento do termo contratual.

**12.3.2** Sem prejuízo de outras disposições previstas em lei, no **Contrato** e em seus **Anexos**, são deveres da **Subconcessionária**:

- (i) manifestar-se sobre o Terminal de Uso Privado (TUP) de destino do transporte ferroviário de cargas, em até 180 (cento e oitenta) dias a partir da **Data de Assunção**;
- (ii) elaborar e cumprir o cronograma físico de implantação dos **Investimentos com Prazo Determinado** a que se referem as subcláusulas 4.6 e 4.7;
- (iii) executar o **Plano de Investimentos** em conformidade com as normas técnicas e de engenharia aplicáveis, e com as disposições deste **Contrato** e do **Caderno de Obrigações**;
- (iv) concluir os **Investimentos com Prazo Determinado**, e iniciar a operação ferroviária do trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, no prazo de até 5 (cinco) anos, contados a partir da **Data de Assunção**;
- (v) realizar os investimentos para implantação de sistema de licenciamento e sinalização de via, em toda a **Ferrovia**, nos termos do **Caderno de Obrigações**;
- (vi) realizar o investimento para instalação de detectores de descarrilamento, em toda a **Ferrovia**, nos termos do **Caderno de Obrigações**;
- (vii) construir terminal de armazenamento, carga e descarga no município de Caetité/BA, nos termos do **Caderno de Obrigações**;
- (viii) obter a autorização de abertura de tráfego a ser emitida pela **ANTT**, paralelamente à conclusão das obras do trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA;

- (ix) atender às **Especificações Técnicas Mínimas**, nos termos do **Caderno de Obrigações**;
- (x) cumprir as **Obrigações Complementares**, nos termos do **Caderno de Obrigações**;
- (xi) dispor de **Material Rodante** para a prestação do serviço de transporte ferroviário, nos termos do **Caderno de Obrigações**, devendo adquirir, no mínimo, 75% (setenta e cinco) de toda a frota em nome próprio ou mediante arrendamento mercantil contratado pela **Subconcessionária**;
- (xii) construir as instalações de apoio necessárias para a prestação do serviço de transporte ferroviário;
- (xiii) observar e fazer cumprir os termos dos instrumentos jurídicos celebrados com os **Usuários** e terceiros interessados;
- (xiv) respeitar os valores máximos e limites de dispersão estabelecidos para as tarifas;
- (xv) obter e manter e, quando necessário, retificar todas as licenças, permissões, autorizações, manifestações e outorgas necessárias ao pleno exercício das atividades objeto da **Ferrovia**, e arcar com as despesas e os custos decorrentes;
- (xvi) executar as ações de compensação ambiental e plantio compensatório mencionadas na subcláusula 4.3 e arcar com os custos decorrentes;
- (xvii) responsabilizar-se pela execução de **Desapropriações** e reassentamentos, e arcar com os custos decorrentes de ambos;
- (xviii) licenciar os trens, em conformidade com a ordem de prioridade estabelecida nas subcláusulas 9.4 e 9.6;
- (xix) responder por todo e qualquer dano ou prejuízo causado à União, **ANTT Interveniente Subconcedente**, **DNIT** ou terceiros, decorrente do uso e exploração dos bens vinculados à **Subconcessão**;
- (xx) devolver, substituir ou ressarcir ativos ferroviários vinculados à **Subconcessão** que apresentem danos irreparáveis de qualquer origem, comunicando o fato à **ANTT**;
- (xxi) promover as medidas necessárias, inclusive judiciais, à proteção dos **Bens da Subconcessão** contra a ameaça ou ato de turbação ou esbulho que vier a sofrer, dando conhecimento à **ANTT**;
- (xxii) manifestar-se, administrativa ou judicialmente, quanto a questionamentos formulados por proprietários ou possuidores de imóveis confrontantes com a faixa de domínio da **Ferrovia**, que objetivem a regularização documental desses imóveis;
- (xxiii) realizar e manter atualizado, anualmente, o inventário dos **Bens da Subconcessão**;

- (xxiv) adotar práticas comerciais não discriminatórias entre os **Usuários**, oferecendo condições isonômicas de acesso à infraestrutura;
- (xxv) assegurar a manutenção, atualidade e integridade de bens e equipamentos vinculados à **Subconcessão**, observado o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, se e quando aplicável;
- (xxvi) cumprir as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação aplicável à **Subconcessão**, para a concessão das licenças, permissões e autorizações de sua responsabilidade, e que estejam relacionadas ao objeto da **Subconcessão**;
- (xxvii) comunicar imediatamente à **ANTT** a existência de passivos ambientais, construtivos, e por invasões da faixa de domínio descobertos após a celebração deste **Contrato**;
- (xxviii) responsabilizar-se pelos encargos ambientais relacionados ao objeto do **Contrato de Subconcessão**, bem como pelos ônus e despesas relacionadas, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes:
  - (a) prevenção, correção, remediação e gerenciamento do passivo ambiental, construtivo, e por invasões da faixa de domínio, cujo fato gerador seja anterior ou posterior à **Data de Assunção**;
  - (b) responsabilidade civil, perante terceiros, por danos ambientais decorrentes das obras e dos serviços, cujo fato gerador seja anterior ou posterior à **Data de Assunção**;
  - (c) responsabilidade administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes das obras e dos serviços, cujo fato gerador seja posterior à **Data de Assunção**;
- (xxix) renunciar expressamente a eventual direito de regresso em face da **Interveniente Subconcedente** relacionado aos encargos ambientais de que trata a subcláusula 12.3.2 (xxviii).
- (xxx) manter programas de treinamento de pessoal e de busca permanente de qualidade na prestação do serviço adequado;
- (xxxi) adotar as medidas cabíveis para a prevenção de acidentes ferroviários;
- (xxxii) realizar o registro e a apuração de acidentes ferroviários, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**;
- (xxxiii) informar a ocorrência de acidente ferroviário à **ANTT** e aos **Usuários**, bem como aos órgãos de segurança pública, de saúde pública e ambientais, os últimos dois dependendo do tipo de ocorrência, e nos termos da regulamentação específica da **ANTT**;
- (xxxiv) assegurar, à **ANTT**, o apoio necessário aos encarregados pela fiscalização e pelo acesso aos **Bens da Subconcessão**, em especial aqueles vinculados à operação da **Ferrovia**, inclusive o **CCO**, bem como aos dados, informatizados ou não, de natureza operacional;

- (xxxv) manter, durante todo o **Prazo da Subconcessão**, carro-controle apto a inspecionar a **Ferrovia**, e certificado por entidade competente;
- (xxxvi) efetuar o pagamento da verba de fiscalização e do **Valor de Outorga** devidos à **ANTT**, na forma estabelecida na subcláusula 18.8 e subcláusula 19.1.1, respectivamente;
- (xxxvii) manter, durante todo o prazo da **Subconcessão**, em sua estrutura organizacional, uma unidade para cuidar das relações com os **Usuários** e a comunidade ao longo da **Ferrovia**;
- (xxxviii) registrar-se como companhia de capital aberto junto à CVM, em até 3 (três) anos da **Data de Assunção**, mantendo tal condição durante todo o prazo da **Subconcessão**;
- (xxxix) sanar eventuais vícios ou defeitos relacionados às obras recebidas da **Interveniente Subconcedente**, que as tornem impróprias ao uso a que se destinam, ou lhes diminuam o valor, excetuados os vícios ocultos que tenham sido apontados no prazo previsto na subcláusula 3.1.3(i);
- (xl) adotar o **Manual de Contabilidade** da **ANTT** e demais acordos específicos aplicáveis à escrituração contábil e elaboração das demonstrações financeiras padronizadas; e
- (xli) responsabilizar-se pelos serviços relacionados a achados arqueológicos e espeleológicos, bem como arcar com custos vinculados.

### **13 Prestação de Informações**

**13.1** No prazo da **Subconcessão**, a **Subconcessionária** tem a obrigação de prestar as informações estabelecidas no **Contrato**, no **Caderno de Obrigações** e na legislação aplicável.

**13.1.1** Sem prejuízo do disposto na subcláusula 13.1, a **Subconcessionária** deverá:

- (i) dar conhecimento imediato à **ANTT** de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da **Subconcessão**, apresentando, por escrito e no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da ocorrência, relatório detalhado sobre esse fato, incluindo, se for o caso, pareceres técnicos, com as medidas tomadas para sanar o problema;
- (ii) apresentar anualmente à **ANTT**, até 31 de março, detalhamento das transações com **Partes Relacionadas** relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo notas explicativas suficientes para a identificação das partes envolvidas e verificação das condições praticadas, bem como do cumprimento da **Política de Transações com Partes Relacionadas**; e
- (iii) apresentar à **ANTT**, no prazo por ela estabelecido, informações adicionais ou complementares que esta venha a solicitar formalmente.

- 13.2** A forma de prestação das informações poderá ser alterada unilateralmente pela **ANTT**, mediante ato formal, devidamente motivado, objetivando a utilização de meios de comunicação tecnologicamente mais eficientes.
- 13.3** A **ANTT** poderá encaminhar informação obtida da **Subconcessionária** para qualquer órgão ou entidade pública, preservado o sigilo das informações confidenciais.
- 13.4** A **Subconcessionária** deverá viabilizar à **ANTT** o acesso irrestrito e em tempo real a todas as informações dos sistemas de seu **CCO** necessárias à supervisão de suas operações e do tráfego ferroviário nas infraestruturas concedidas, bem como a todos os dados brutos relativos à operação do sistema ferroviário, nos termos das especificações técnicas a serem definidas por meio de regulamentação específica da **ANTT**.

#### **14 Recursos para Desenvolvimento Tecnológico**

- 14.1** A partir do mês subsequente ao início da operação da **Ferrovia**, a **Subconcessionária** deverá, anualmente, destinar R\$ 1.279.000,00 (um milhão, duzentos e setenta e nove mil reais) a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.
- 14.2** Os recursos para desenvolvimento tecnológico serão corrigidos anualmente com o mesmo índice e data em que efetivamente ocorrer o reajuste da **Tabela Tarifária**.
- 14.3** Os recursos de que trata a subcláusula 14.1, quando não utilizados para os fins a que se destinam no exercício, deverão ser acrescidos ao **Valor de Outorga** por ocasião da **Revisão Ordinária**.
- 14.4** Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos recursos para desenvolvimento tecnológico serão de propriedade da **ANTT**.
- 14.4.1** **ANTT** dará ampla publicidade aos produtos gerados, considerando-os como de domínio público após a sua divulgação, sendo garantida a sua utilização pela **Subconcessionária** ou por qualquer outra empresa que atue no setor ferroviário.

#### **15 Recursos para Preservação da Memória Ferroviária**

- 15.1** A partir do mês subsequente ao início da operação da **Ferrovia**, a **Subconcessionária** deverá, anualmente, destinar R\$ 639.000,00 (seiscentos e trinta e nove mil reais) a projetos que visem à preservação da memória ferroviária.
- 15.2** Os recursos para preservação da memória ferroviária serão corrigidos anualmente com o mesmo índice e data em que efetivamente ocorrer o reajuste da **Tabela Tarifária**.
- 15.3** Os recursos de que trata a subcláusula 15.1, quando não utilizados para os fins a que se destinam no exercício, deverão ser acrescidos ao **Valor de Outorga** por ocasião da **Revisão Ordinária**.
- 15.4** Os produtos decorrentes da aplicação para preservação da memória ferroviária serão de propriedade da **ANTT**.

## **16 Das Transações com Partes Relacionadas**

**16.1** A **Subconcessionária** deverá adotar, sobretudo quanto às transações com **Partes Relacionadas**, as melhores práticas recomendadas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), bem como pelo Regulamento do Novo Mercado, ou por aqueles que venham a substituí-los como referência perante a CVM.

**16.2** A **Subconcessionária** deverá, em até 1 (mês) contado da assinatura do **Contrato**, desenvolver, publicar e implantar Política de Transações com **Partes Relacionadas**, observando, no que couber, as melhores práticas referidas na subcláusula 16.1, e contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

**16.2.1** critérios que devem ser observados para a realização de transações entre a **Subconcessionária** e suas **Partes Relacionadas**, exigindo a observância de condições equitativas, compatíveis com a prática de mercado;

**16.2.2** procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses e, conseqüentemente, determinar o impedimento de voto com relação a acionistas ou administradores da **Subconcessionária**;

**16.2.3** procedimentos e responsáveis pela identificação das **Partes Relacionadas** e pela classificação de operações como transações com **Partes Relacionadas**;

**16.2.4** indicação das instâncias de aprovação das transações com **Partes Relacionadas**, a depender do valor envolvido ou de outros critérios de relevância;

**16.2.5** exigência de realização de processo competitivo junto ao mercado, conforme regras aprovadas pela administração da companhia, como condição à contratação de obras e serviços com **Partes Relacionadas**; e

**16.2.6** dever de a administração da companhia formalizar, em documento escrito a ser arquivado em sua sede, as justificativas da seleção de **Partes Relacionadas** em detrimento das alternativas de mercado.

**16.3** A Política de Transações com **Partes Relacionadas** deverá ser atualizada pela **Subconcessionária** sempre que necessário, observando-se as mudanças nas recomendações das melhores práticas referidas, e a necessidade de inclusão ou alteração de disposições específicas que visem a conferir maior efetividade à transparência e comutatividade das transações com **Partes Relacionadas**.

**16.4** Em até 1 (um) mês contado da celebração de contrato com **Partes Relacionadas**, e com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis do início da execução das obrigações nele convencionadas, a **Subconcessionária** deverá divulgar, em seu sítio eletrônico, as seguintes informações sobre a contratação realizada:

**16.4.1** informações gerais sobre a **Parte Relacionada** contratada;

**16.4.2** objeto da contratação;

**16.4.3** prazo da contratação;

**16.4.4** condições gerais de pagamento e reajuste dos valores referentes à contratação; e

**16.4.5** justificativa da administração para a contratação com a **Parte Relacionada** em vista das alternativas de mercado.

## **17 Contratação com Terceiros**

**17.1** Sem prejuízo de suas responsabilidades, a **Subconcessionária** poderá, a seu critério, executar as obras e os serviços da **Subconcessão**, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco.

**17.1.1** A contratação com **Partes Relacionadas** deverá observar o disposto na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

**17.2** A **Subconcessionária** é diretamente responsável perante a **ANTT** por quaisquer problemas ou prejuízos decorrentes da falta de hígidez financeira, bem como de competência e habilidade técnica de terceiros contratados.

**17.3** Os contratos celebrados entre a **Subconcessionária** e terceiros serão regidos pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e a **ANTT**.

## **18 Fiscalização pela ANTT**

**18.1** Os poderes de fiscalização da execução do **Contrato** serão exercidos pela **ANTT**, diretamente ou com auxílio de terceiros por ela contratados ou conveniados, sendo assegurado a ela, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade, aos recursos técnicos, econômicos e financeiros, e às instalações, especialmente ao **CCO** da **Subconcessionária**, assim como aos **Bens da Subconcessão**.

**18.1.1** A fiscalização exercida pela **ANTT** não poderá obstruir ou prejudicar a exploração adequada da **Subconcessão** pela **Subconcessionária**, além do necessário para o estrito cumprimento de seu dever de fiscalização.

**18.1.2** Para efeitos do disposto nesta subcláusula, a **ANTT** terá em relação à **Ferrovia**:

- (i)** direito de acesso às instalações;
- (ii)** direito de acesso a documentos; e
- (iii)** direito de livre interpelação e oitiva de pessoal habilitado a responder pela **Subconcessionária**.

**18.2** Os órgãos de fiscalização e controle da **ANTT** são responsáveis pela supervisão, pela inspeção e pela auditoria do **Contrato**, bem como pela avaliação do desempenho da **Subconcessionária**, que poderão ser realizadas a qualquer tempo.

**18.2.1** A inspeção da **Ferrovia** feita com carro-controle deverá ficar a cargo da **Subconcessionária**, sob a supervisão da **ANTT**.

- 18.3** As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito das fiscalizações previstas serão imediatamente aplicáveis e vincularão a **Subconcessionária**, sem prejuízo do recurso eventualmente cabível.
- 18.3.1** Caso a **Subconcessionária** não cumpra determinações da **ANTT** no âmbito da fiscalização, fixadas mediante decisão final em sede de processo administrativo específico, assistirá a esta a faculdade de proceder à correção da situação, diretamente ou por intermédio de terceiro, correndo os custos por conta da **Subconcessionária**.
- 18.4** A **ANTT**, a seu exclusivo critério, poderá adotar mecanismo de regularização das faltas ou defeitos verificados, consideradas a pertinência e gravidade de cada ocorrência, nos termos de regulamentação específica da **ANTT**.
- 18.5** A **ANTT** realizará, em até 2 (dois) anos antes do encerramento do prazo da **Subconcessão**, uma fiscalização detalhada específica para:
- (i) avaliar a condição dos **Bens da Subconcessão**; e
  - (ii) avaliar as condições das instalações, infraestrutura, superestrutura, sistema de sinalização, pátios e demais bens da **Ferrovia**.
- 18.6** A **ANTT** poderá exigir que a **Subconcessionária** apresente um plano de emergência, visando a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir qualquer obra, bem ou serviço executado de maneira viciada, defeituosa ou incorreta pertinente à **Subconcessão**, no prazo a ser definido pela **ANTT**.
- 18.7** A apuração de infrações e a aplicação de penalidades serão conduzidas pela **ANTT**, nos termos deste **Contrato** e da regulamentação específica.
- 18.8** A **Subconcessionária** deverá recolher à **ANTT** a verba de fiscalização, que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da **Subconcessão**.
- 18.9** A **Subconcessionária** deverá pagar, a título de verba de fiscalização, parcelas anuais de R\$ 2.344.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e quatro mil reais), que serão recolhidas à **ANTT** até o 5º (quinto) dia do mês, tendo início a partir do mês subsequente ao início da operação.
- 18.10** A verba de fiscalização será corrigida anualmente, com o mesmo índice e data em que efetivamente ocorrer o reajuste da **Tabela Tarifária**.
- 18.11** É vedada, ao longo de todo o período do **Contrato**, a utilização da verba de fiscalização para qualquer tipo de compensação em reajustes ou revisões do **Contrato**.

## **19 Valor de Outorga e Remuneração**

### **19.1 Valor da Outorga**

- 19.1.1** A **Subconcessionária** deverá pagar, a título de **Valor de Outorga**, parcelas trimestrais ao longo da **Subconcessão**, recolhidas à **ANTT** até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao fechamento do período trimestral, tendo início a partir do mês subsequente da entrada em operação da **Ferrovia**.

**19.1.2** O **Valor de Outorga** a ser pago será correspondente a 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento) da **Receita Operacional Bruta** gerada pela **Subconcessão**.

**19.1.3** Ao **Valor de Outorga** será eventualmente devido o valor correspondente **Acréscimo à Outorga**, a partir do início da operação da **Ferrovia**, calculado nos termos do **Anexo 6**.

## **19.2 Remuneração**

**19.2.1** A remuneração da **Subconcessionária** advirá do recebimento da **Tarifa de Transporte**, da **Tarifa de Direito de Passagem**, da **Tarifa de Tráfego Mútuo**, e das receitas decorrentes dos projetos associados e das **Operações Acessórias**, dentre outras formas de remuneração admitidas nos termos da regulamentação da **ANTT**.

**19.2.2** As **Tarifas de Referência** serão obtidas com base em fórmula de cálculo disponibilizada pela **ANTT**, na **Tabela Tarifária** do **Anexo 7**.

**19.2.3** A **Subconcessionária** disponibilizará em seu sítio eletrônico na Internet, de forma clara e acessível, Simulador Tarifário que permita calcular as **Tarifas de Referência**.

**19.2.4** A **Subconcessionária** poderá praticar **Tarifas de Transporte** e **Tarifas de Direito de Passagem** distintas entre **Usuários**, observando a **Tarifa de Referência** e o **Limite de Dispersão Tarifária**, e desde que baseada em critérios objetivos e isonômicos de contratação, tais como prazo, volume, sazonalidade, e condições de pagamento.

## **20 Operações Acessórias**

**20.1** A **Subconcessionária** poderá desenvolver **Operações Acessórias**, a seu exclusivo critério, observado o disposto neste **Contrato** e na regulamentação da **ANTT**.

**20.2** O **Preço** a ser cobrado pelas **Operações Acessórias** será definido em negociação com o **Usuário**, assegurado o tratamento isonômico e não discriminatório.

## **21 Projetos Associados**

**21.1** A **Subconcessionária** poderá explorar projetos associados, a seu exclusivo critério, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.

**21.2** O projeto associado percebido e os encargos incorridos durante a sua exploração, não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro.

## **22 Reajustes e Revisões**

### **22.1 Reajuste**

**22.1.1** A aplicação da **Tabela Tarifária** do **Anexo 7** terá início a partir da **Data de Assunção**.

**22.1.2** A **Subconcessionária** deverá disponibilizar em seu sítio eletrônico na Internet, de forma clara e acessível, a **Tabela Tarifária** vigente.

- 22.1.3** A **Tabela Tarifária** terá o seu primeiro reajuste 12 (doze) meses contados a partir da **Data de Assunção**, dispensada a apresentação de pleito ou verificação de condição de regularidade da **Subconcessionária**.
- 22.1.4** A data-base para os reajustes seguintes da **Tabela Tarifária** será a data do primeiro reajuste, de forma que nos anos posteriores os reajustes serão realizados sempre no mesmo dia e mês em que foi realizado o primeiro, dispensada a apresentação de pleito ou verificação de condição de regularidade da **Subconcessionária**.
- 22.1.5** A aplicação da **Tabela Tarifária** será autorizada mediante a publicação de ato específico da **ANTT** no **DOU**.
- 22.1.6** A partir do 10º (décimo) dia a contar da data-base do reajuste, fica a **Subconcessionária** autorizada a praticar a **Tabela Tarifária** reajustada, caso não seja publicado o ato específico a que se refere a subcláusula 22.1.5.
- 22.2 Revisão Ordinária**
- 22.2.1** É a revisão do **Valor de Outorga**, calculada anualmente mediante a aplicação do **Acréscimo à Outorga**, nos termos do **Anexo 6**.
- 22.3 Revisão Extraordinária**
- 22.3.1** É o reequilíbrio econômico-financeiro da **Subconcessão**, na ocorrência de risco cuja responsabilidade foi atribuída ao **Poder Concedente**, nos termos da subcláusula 26.2.
- 22.3.2** A revisão extraordinária se dará por meio da elaboração de **Fluxo de Caixa Marginal**, nos termos do **Anexo 3**.
- 22.4 Efeito da Revisão**
- 22.4.1** O efeito decorrente das revisões será aplicado na mesma data-base do reajuste da **Tabela Tarifária**, e produzirá efeitos a partir da publicação de ato específico da **ANTT**.
- 22.5 Cabimento de Reequilíbrio**
- 22.5.1** Sempre que atendidas as condições do **Contrato** e respeitada a alocação de riscos nele estabelecida, considera-se equacionado seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 22.5.2** A **ANTT** deverá efetuar o reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, nos termos da lei e nas hipóteses previstas neste **Contrato**.
- 22.6 Procedimento para o Pedido**
- 22.6.1** Configurada a hipótese de desequilíbrio econômico-financeiro, caberá à **ANTT** instaurar processo administrativo com o objetivo de apurar o valor do reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.
- 22.7 Meios para o Reequilíbrio**
- 22.7.1** Ao final do procedimento indicado na subcláusula 22.6, caso o reequilíbrio tenha sido julgado cabível, a **ANTT** deverá adotar, a seu exclusivo critério, um ou mais meios para o reequilíbrio que julgar adequados, dentre os seguintes:

- (i) revisão do **Valor de Outorga**;
- (ii) pagamento direto entre **Subconcessionária** e União; e
- (iii) acréscimo ou supressão de obrigações contratuais.

**22.7.2** Os meios enumerados na subcláusula 22.7.1 acima poderão ser combinados para obtenção do adequado reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

**22.7.3** Na hipótese da subcláusula 22.7.1 22.7.1(ii), os valores serão atualizados até a data do efetivo pagamento pela variação do **IPCA**.

## **23 Especificações Técnicas Mínimas**

**23.1** A **Subconcessionária** fica obrigada a atingir ou superar os valores das **Especificações Técnicas Mínimas** estabelecidas no **Caderno de Obrigações**, ao longo de todo o prazo da **Subconcessão**.

**23.2** As **Especificações Técnicas Mínimas** poderão ser revistas a cada 5 (cinco) anos, podendo ser mantidas ou repactuadas em comum acordo pelas **Partes**, com o objetivo de adequação à demanda confirmada, às condições e características operacionais da via, aprimoramento da qualidade e quantidade dos serviços objeto da **Subconcessão**.

**23.2.1** Na hipótese de álea extraordinária administrativa ou econômica que repercuta sobre a **Subconcessão**, as **Especificações Técnicas Mínimas** poderão ser revistas extraordinariamente.

**23.2.2** Caso as **Partes** não cheguem a um acordo quanto à repactuação das **Especificações Técnicas Mínimas**, a **ANTT** poderá fixá-las de forma unilateral, assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

**23.3** As **Especificações Técnicas Mínimas** que demandarem a realização de **Investimentos Adicionais** apenas se tornarão exigíveis após a sua conclusão, assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

## **24 Penalidades**

**24.1** O não cumprimento das obrigações estabelecidas neste **Contrato**, seus **Anexos** e regulamentação da **ANTT** configura infração e ensejará a aplicação das seguintes penalidades, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa:

- (i) advertência;
- (ii) multa;
- (iii) caducidade; e
- (iv) suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública Federal.

**24.2** Para infrações de gravidade leve e sem reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de advertência, que deverá referenciar as medidas necessárias à correção do descumprimento.

- 24.3** As penalidades de multa por descumprimento de obrigações contratuais serão aplicadas levando-se em consideração a **URS**, de acordo com a sua gravidade, e observando os aspectos elencados na subcláusula 24.14 do **Contrato**.
- 24.4** **Constituem** infrações sujeitas à imposição da penalidade de multa, no valor correspondente de até 50 (cinquenta) **URS**, as seguintes condutas da **Subconcessionária** trazidas neste **Contrato** e em seus **Anexos**:
- (i) Não garantir ao terceiro interessado, que possua outorga que permita a prestação do serviço de transporte ferroviário, o acesso à infraestrutura ferroviária e aos recursos operacionais da **Ferrovias**, observado o disposto na subcláusula 9.1.
  - (ii) Não assegurar que o licenciamento seja feito de acordo com ordem de prioridade, nos termos das subcláusulas 9.4 e 9.6, observado o disposto na 9.1.
  - (iii) Contrair empréstimos, financiamentos e outras dívidas cujos recursos não sejam aplicados à **Subconcessão**.
  - (iv) Não respeitar os valores máximos e limites de dispersão estabelecidos para as tarifas.
  - (v) Não realizar a apuração de acidentes ferroviários, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.
  - (vi) Não recolher à **ANTT**, ao longo de todo o prazo da **Subconcessão**, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da **Subconcessão**.
  - (vii) Não adotar o **Manual de Contabilidade** da **ANTT** para a escrituração contábil e elaboração das demonstrações financeiras padronizadas.
  - (viii) Não informar, no menor prazo possível, a ocorrência de acidente ferroviário à **ANTT** e aos **Usuários**, por meio de publicação em sítio eletrônico ou outro meio adequado, bem como aos órgãos de segurança pública, de saúde pública e ambientais, e nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.
  - (ix) Não comunicar à **ANTT**, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da ocorrência do evento, os casos de alteração na composição acionária da **Subconcessionária**, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.
  - (x) Não proceder à reposição do montante integral da **Garantia de Execução**, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua utilização por parte da **ANTT**;
  - (xi) Não prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos **Usuários**, praticando discriminação de qualquer natureza, incorrendo em abuso de poder econômico, ou não atendendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
  - (xii) Não cumprir e não fazer cumprir os tratados, acordos e demais atos internacionais vigentes no tocante ao transporte ferroviário.
  - (xiii) Não promover as intervenções relacionadas ao **Plano de Investimentos**, nos termos do **Caderno de Obrigações**.

*Minuta de Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020*

- (xiv) Não promover as intervenções e investimentos necessários à expansão da capacidade da **Ferrovia**, de forma a reduzir seu nível de saturação a valor inferior a 90% (noventa por cento), nos termos **Caderno de Obrigações**.
  - (xv) Não manter, durante todo o prazo do **Contrato**, a **Garantia de Execução** em favor da **ANTT**.
  - (xvi) Não disponibilizar à **ANTT** a **Ferrovia** e todos os **Bens da Subconcessão** imediatamente após a decretação da intervenção.
  - (xvii) Não entregar à **ANTT** os **Bens Reversíveis**.
  - (xviii) Não contratar e manter em vigor as apólices de seguro exigíveis, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.
  - (xix) Manipular ou de qualquer forma fraudar a inspeção realizada pelo carro-controle na **Ferrovia**.
  - (xx) Não realizar o pagamento das parcelas a serem pagas a título de **Valor de Outorga**, nos termos da subcláusula 19.1.1.
  - (xxi) Não integralizar o capital social exigido nos termos da Cláusula 29.
- 24.5** Constituem infrações sujeitas à imposição da penalidade de advertência ou multa, no valor correspondente de até 10 (dez) **URS**, as demais obrigações previstas neste **Contrato** e em seus **Anexos**, e descumpridas pela **Subconcessionária** ou **Interveniente Subconcedente**.
- 24.6** Em caso de reincidência das infrações a que se refere a subcláusula 24.4, será acrescido o montante de até 50 (cinquenta) **URS**, ressalvado o disposto na subcláusula 24.14(v).
- 24.7** Em caso de reincidência das infrações a que se refere a subcláusula 24.5, será acrescido o montante de até 10 (dez) **URS**, ressalvado o disposto na subcláusula 24.14(v).
- 24.8** A **ANTT** poderá instaurar procedimento com vistas à decretação da penalidade de caducidade da **Subconcessão** na hipótese de inexecução total ou parcial do **Contrato**, nos termos da subcláusula 36.1.
- 24.9** A aplicação das penalidades de advertência ou multa não impede a decretação da caducidade do **Contrato**, observados os devidos procedimentos legais.
- 24.10** As penalidades previstas nas subcláusulas 24.1(i), 24.1(ii) e 24.1(iii) obedecem a uma sequência gradativa, sendo advertência a de natureza mais leve e caducidade a mais grave, a depender da gravidade da conduta infracional apurada.
- 24.10.1** A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública Federal se dará no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, incluindo aquelas que ensejam aplicação da pena de caducidade, além das situações previstas na legislação e regulamentação aplicável, destacando-se aquelas previstas no art. 88 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou legislação que venha a substituí-la.
- 24.11** Nas hipóteses em que a conduta corresponda a mais de uma infração, será aplicada a sanção de natureza mais grave.

- 24.12** Após a conclusão do processo administrativo que enseja a aplicação de multa pecuniária, e caso a **Subconcessionária** não proceda ao pagamento do valor devido no prazo estipulado, a **ANTT** procederá à execução da **Garantia de Execução**.
- 24.13** O débito originado de processo administrativo de aplicação de multa transitado em julgado e não quitado pela **Subconcessionária** deverá ser inscrito no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal (Cadin) e inscrito em dívida ativa até que haja seu efetivo pagamento.
- 24.14** Na fixação da penalidade e quantificação de seu valor, a **ANTT** observará as seguintes circunstâncias, dentre outras que entender pertinentes:
- (i) a proporcionalidade entre a gravidade do descumprimento e a intensidade da sanção;
  - (ii) os danos resultantes do descumprimento para a execução das obras, da prestação dos serviços e para os **Usuários**;
  - (iii) a vantagem auferida pela **Subconcessionária** em virtude do inadimplemento verificado;
  - (iv) os antecedentes da **Subconcessionária**;
  - (v) a reincidência, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**; e
  - (vi) as circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da situação, conforme a legislação e regulamentação aplicável.
- 24.15** Na apuração das infrações praticadas pela **Subconcessionária**, havendo indícios de que seus administradores ou controladores agiram com dolo ou culpa, a **ANTT** determinará a instauração de processo administrativo específico para a investigação de suas responsabilidades.
- 24.16** As penalidades estabelecidas neste **Contrato** não excluem ou substituem outras previstas em legislação específica, sendo vedada a aplicação da mesma sanção administrativa pelo mesmo fato.
- 24.17** A autuação, aplicação de penalidade ou seu cumprimento não desobrigam a **Subconcessionária** de corrigir a falta correspondente.
- 24.18** O processo administrativo instaurado para investigar eventual descumprimento contratual observará o disposto na legislação aplicável e o disposto em regulamentação específica da **ANTT**.

## **25 Medida Preventiva**

- 25.1** Em qualquer fase do processo administrativo instaurado para investigar eventual descumprimento contratual, poderá a **ANTT**, por iniciativa própria ou mediante provocação, adotar medida preventiva, quando houver indício ou fundado receio de que a **Subconcessionária**, direta ou indiretamente, cause ou possa causar aos **Usuários** ou à coletividade lesão irreparável ou de difícil reparação, ou torne ineficaz o resultado final do processo, nos termos estabelecidos na regulamentação da **ANTT**.

**25.1.1** Pela continuidade de atos ou situações que configurem infração por descumprimento contratual, após decisão da **ANTT** determinando sua cessação, bem como pelo não cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer impostas, ou pelo descumprimento de medida preventiva, a **Subconcessionária** ficará sujeita à multa diária.

**25.1.2** Na medida preventiva, será determinada a imediata cessação da prática e será ordenada, quando materialmente possível, a reversão à situação anterior, fixando multa diária em valor correspondente a 01 (um) **URS**, podendo ser aumentada em até 05 (cinco) vezes, se assim recomendar a gravidade da infração.

## **26 Alocação de Riscos**

**26.1** Com exceção dos riscos expressamente alocados ao **Poder Concedente** na subcláusula 26.2, a **Subconcessionária** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à **Subconcessão**, inclusive, mas não se limitando, aos seguintes:

- (i) volume de carga transportada em desacordo com suas projeções;
- (ii) inadimplemento dos **Usuários** em relação à **Tarifa de Transporte, Tarifa de Direito de Passagem, Tarifa de Tráfego Mútuo** e a quaisquer receitas decorrentes da percepção das **Operações Acessórias** e exploração dos projetos associados;
- (iii) os vícios em bens a ela transferidos em razão da **Subconcessão** e que não foram objeto de reclamação perante o **Poder Concedente**, nos termos da subcláusula 3.1.3;
- (iv) obtenção, manutenção e, quando necessário, retificação de licenças, permissões, autorizações, manifestações e outorgas relativas à **Subconcessão**, bem como a assunção de todos os ônus e custos relacionados;
- (v) execução das ações de compensação ambiental e plantio compensatório mencionadas na subcláusula 4.3, e custos decorrentes.
- (vi) execução de **Desapropriações**, desocupações, servidões administrativas, limitações administrativas e reassentamentos, bem como a assunção de todos os ônus e custos relacionados;
- (vii) valor dos investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes de **Desapropriações**, reassentamentos, instituição de servidões administrativas, imposição de limitações administrativas, ocupação provisória de bens imóveis, custos e encargos decorrentes do processo de licenciamento ambiental de operação e desocupações da faixa de domínio, observado o disposto nas subcláusulas 5.1 e 26.2(viii);
- (viii) ressalvado o disposto na subcláusula 26.2, custos excedentes, bem como atraso ou descumprimento do **Caderno de Obrigações**, ou de outros prazos estabelecidos entre as **Partes** ao longo da vigência do **Contrato**, tais como, mas não somente:
  - (a) investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes da elevação dos custos de compra ou manutenção dos equipamentos;

*Minuta de Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020*

- (b) estimativa incorreta do custo dos investimentos a serem realizados pela **Subconcessionária** e de preço nos insumos para a execução das obras, salvo aqueles que decorram diretamente de mudanças tributárias, excluídos os tributos de resultado;
  - (c) estimativa incorreta do cronograma de execução dos investimentos;
  - (d) prejuízos decorrentes de erros na realização das obras que ensejem a necessidade de refazimento, total ou parcialmente;
  - (e) acidentes envolvendo empregados ou terceiros durante construção, operação ou manutenção da **Ferrovias e Material Rodante**;
  - (f) falência, falha no desempenho e atraso nas entregas dos subcontratados e fornecedores;
  - (g) escassez de mão de obra capacitada para instalação, ampliação, modificação das instalações e para operação da **Subconcessão**;
  - (h) suspensão de licença ambiental por não atendimento a condicionantes ambientais; e
  - (i) greve dos empregados da **Subconcessionária** ou de seus subcontratados.
- (ix) tecnologia empregada na **Ferrovias e Material Rodante**;
- (x) perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos **Bens da Subconcessão**, responsabilidade que não é reduzida ou excluída em virtude da fiscalização da **ANTT**;
- (xi) manifestações sociais e públicas que afetem de qualquer forma a prestação dos serviços, o cumprimento do **Caderno de Obrigações** e demais obrigações relacionadas ao **Contrato** por:
- (a) até 15 (quinze) dias sucessivos a cada período de 12 (doze) meses contados da **Data da Assunção**; e
  - (b) até 90 (noventa) dias a cada período de 12 (doze) meses contados da **Data da Assunção**;
- (xii) aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros, independentemente da extensão da variação;
- (xiii) variação das taxas de câmbio;
- (xiv) modificações na legislação de impostos sobre a renda;
- (xv) correção, prevenção, remediação e gerenciamento do passivo ambiental, construtivo e por invasão de faixa de domínio relacionado à **Ferrovias**, bem como a assunção de todos os ônus e custos relacionados, cujo fato gerador seja anterior ou posterior à **Data de Assunção**;
- (xvi) possibilidade de a inflação de um determinado período ser superior ou inferior ao índice utilizado para reajuste da **Tabela Tarifária**, ou de outros valores previstos no **Contrato** para o mesmo período, qualquer que seja a variação;

- (xvii) responsabilidade civil, perante terceiros, por danos ambientais decorrentes das obras e dos serviços cujo fato gerador seja anterior ou posterior à **Data de Assunção**;
- (xviii) responsabilidade administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes das obras e dos serviços cujo fato gerador seja posterior à **Data de Assunção**;
- (xix) prejuízos causados a terceiros, pela **Subconcessionária** ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela **Subconcessão**;
- (xx) responsabilidade por acidentes e danos causados pela **Subconcessionária** a terceiros e aos **Usuários**;
- (xxi) vícios ocultos dos **Bens da Subconcessão** por ela adquiridos ou locados, bem como nos insumos e equipamentos utilizados em bens arrendados nos procedimentos de manutenção, sem prejuízo do direito de regresso contra fornecedores;
- (xxii) eventos climáticos não considerados como força maior;
- (xxiii) caso fortuito ou força maior que possa ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na época de sua ocorrência;
- (xxiv) descoberta de redes elétricas, de telecomunicações, de água e saneamento, ou outros obstáculos não identificados, nos casos em que a **Subconcessionária** não tiver diligenciado para identificá-las;
  - (a) presume-se como tecnicamente possível o acesso a cadastros e informações em mapas ou outros registros existentes em órgãos públicos e concessionárias, que sejam responsáveis ou possuem instalações na faixa de domínio da **Ferrovia**;
- (xxv) segurança operacional e patrimonial da **Ferrovia**;
- (xxvi) alterações nos projetos apresentados e no cronograma do **Plano de Investimentos** por iniciativa da **Subconcessionária**;
- (xxvii) característica geológica das áreas destinadas à **Ferrovia**;
- (xxviii) mudanças tecnológicas implantadas pela **Subconcessionária** e que não tenham sido solicitadas pela **ANTT**;
- (xxix) falhas técnicas no desenvolvimento dos projetos, resultando em acidentes, ineficiência na implementação ou baixo desempenho durante a operação no que tange à via permanente e **CCO**;
- (xxx) obtenção do financiamento para a execução do **Contrato**;
- (xxxi) riscos relativos ao meio ambiente, poluição e transtornos a terceiros relacionados à atividade ferroviária da **Subconcessionária**;
- (xxxii) implantação de novas rotas ou caminhos alternativos para o transporte de carga, e que impactem os volumes de transporte da **Subconcessionária**, desde que

*Minuta de Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020*

componham o Sistema Nacional de Viação – SNV na data de assinatura deste **Contrato**;

- (xxxiii) pelo pagamento dos valores monetários previstos no **Contrato de Subconcessão**;
- (xxxiv) implantação da interligação ferroviária do trecho objeto da **Subconcessão** ao Terminal de Uso Privado (TUP) de destino do transporte ferroviário de cargas;
- (xxxv) defeitos relacionados aos materiais de superestrutura adquiridos pela **Interveniente Subconcedente** e transferidos para a **Subconcessionária**, nos termos do **Caderno de Obrigações**, sem prejuízo do direito de regresso contra fornecedores;
- (xxxvi) serviços relativos a achados arqueológicos e espeleológicos, bem como a assunção de todos os ônus e custos relacionados;
- (xxxvii) dispêndios decorrentes de atualização tecnológica necessária para o fornecimento de dados e informações relativas à operação da **Ferrovia**, conforme norma editada pela **ANTT**.

**26.2** A **Subconcessionária** não é responsável pelos seguintes riscos relacionados à **Subconcessão**, cuja responsabilidade é do **Poder Concedente**:

- (i) decisão arbitral, judicial ou administrativa ou qualquer ação que impeça ou impossibilite a **Subconcessionária** de cobrar a **Tarifa de Transporte**, ou de reajustar a **Tabela Tarifária** de acordo com o estabelecido no **Contrato**, exceto nos casos em que a **Subconcessionária** tenha dado causa à decisão;
- (ii) descumprimento, pela **ANTT**, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, o descumprimento de prazos aplicáveis à **ANTT** previstos neste **Contrato** e na legislação aplicável, desde que comprovado prejuízo;
- (iii) caso fortuito ou força maior que não possa ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na época de sua ocorrência;
- (iv) alterações na legislação e regulamentação, inclusive acerca de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos, que alterem o equilíbrio econômico-financeiro da **Subconcessão**, excetuada a legislação dos impostos que incidam sobre a renda;
- (v) alterações no **Caderno de Obrigações** ou de qualquer obrigação ou encargo estabelecido no **Contrato** ou em seus **Anexos**, por iniciativa da **ANTT**;
- (vi) mudança nas **Especificações Técnicas Mínimas** em decorrência de novas exigências de procedimentos de segurança ou operação por solicitação da **ANTT** ou decorrentes de nova legislação ou regulamentação públicas brasileiras;
- (vii) realização de **Investimentos Adicionais** por solicitação ou determinação da **ANTT**;
- (viii) custos efetivamente incorridos pela **Subconcessionária** na execução de **Desapropriações** e reassentamentos relacionados a **Investimentos Adicionais**.

**26.3** A **Subconcessionária** declara:

- (i) ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no **Contrato**;

- (ii) ter pleno conhecimento de que assume as consequências ordinárias e extraordinárias decorrentes dos riscos por ela assumidos no **Contrato**; e
- (iii) ter levado tais riscos em consideração na formulação do seu plano de negócios.

**26.4** A **Subconcessionária** não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses da subcláusula 26.1.

## **27 Responsabilidade**

**27.1** A **Subconcessionária** responderá, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados aos **Usuários**, à **ANTT**, à **Interveniente Subconcedente** e a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela **Subconcessão**.

**27.2** A **Subconcessionária** será responsável pelos danos causados aos **Bens da Subconcessão**, responsabilidade essa que não será reduzida ou excluída em virtude da fiscalização da **ANTT**.

**27.3** Constatado risco iminente de descontinuidade na execução deste **Contrato**, a **Subconcessionária** será responsável pela implementação de ações a serem estabelecidas pela **ANTT**, e que garantam a continuidade da prestação dos serviços.

**27.4** A **Subconcessionária** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e civis de seus funcionários resultantes da execução do **Contrato**.

**27.5** A **Subconcessionária** não será responsável pelos encargos mencionados acima nos casos em que a sua ocorrência decorra de ato atribuível à **Interveniente Subconcedente**.

## **28 Estrutura Jurídica da Subconcessionária**

**28.1** A **Subconcessionária** deverá permanecer, durante todo o prazo do **Contrato**, como uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em conformidade com a lei brasileira, sob a forma de sociedade por ações, com a finalidade exclusiva de explorar o objeto da **Subconcessão**.

**28.2** A **Subconcessionária** estará sempre vinculada ao disposto neste **Contrato**, aos instrumentos convocatórios da **Licitação**, à documentação apresentada e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação aplicáveis.

## **29 Capital Social**

**29.1** Além da integralização prevista no **Edital**, em até 1 (um) ano contado da **Data de Assunção**, a **Subconcessionária** deverá integralizar adicionalmente R\$ 247.500.000,00 (duzentos e quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais) em capital social, em dinheiro.

- 29.2** O capital social a integralizar será corrigido com o mesmo índice e data em que efetivamente ocorrer o reajuste da **Tabela Tarifária**, de acordo com a fórmula: capital social a integralizar x IRT.
- 29.3** A **Subconcessionária** não poderá, durante o prazo da **Subconcessão**, reduzir o seu capital social integralizado, sem prévia e expressa autorização da **ANTT**.
- 29.4** A **Subconcessionária** está obrigada a manter, durante todo prazo da **Subconcessão**, um patrimônio líquido mínimo equivalente, pelo menos, à terça parte do seu capital social integralizado no exercício social anterior.
- 29.5** A inexecução parcial ou total do **Plano de Investimentos**, não exime ou diminui a responsabilidade da **Subconcessionária** de realizar a integralização do capital social, nos prazos e condições estabelecidas neste **Contrato**.

### **30 Controle Societário**

- 30.1** Em qualquer hipótese, a transferência do **Controle** societário da **Subconcessionária** está condicionada à prévia autorização da **ANTT**, sob pena de caducidade da **Subconcessão**, conforme disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e em regulamentação específica da **ANTT**.
- 30.2** A **Subconcessionária** deverá manter registro como companhia de capital aberto junto à CVM durante todo o prazo de vigência do **Contrato**.
- 30.3** A **Subconcessionária** deverá submeter à prévia anuência da **ANTT**, qualquer acordo de acionistas e suas alterações, bem como a efetivação de qualquer modificação na composição do controle da **Subconcessionária**.
- 30.4** Exceto pela hipótese de assunção do controle pelos financiadores descrita na Cláusula 31, não poderá ocorrer modificação no controle da **Subconcessionária** até a conclusão total dos **Investimentos com Prazo Determinado**.

### **31 Assunção do Controle pelos Financiadores**

- 31.1** Os contratos de financiamento da **Subconcessionária** poderão outorgar às **Instituições Financiadoras**, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o **Controle** da **Subconcessionária** em caso de inadimplemento contratual pela **Subconcessionária** dos referidos contratos de financiamento ou deste **Contrato**.
- 31.1.1** A assunção poderá ocorrer no caso de inadimplemento, pela **Subconcessionária**, de obrigações do **Contrato**, nos casos em que o inadimplemento inviabilize ou coloque em risco a **Subconcessão**.
- 31.2** Compete à **ANTT** anuir previamente a assunção do **Controle** da **Subconcessionária** pelas **Instituições Financiadoras** com o objetivo de promover a reestruturação financeira da **Subconcessionária** e assegurar a continuidade da exploração da **Subconcessão**.

**31.3** A autorização será outorgada mediante comprovação, por parte da(s) **Instituição(ões) Financiadora(s)**, de que atendem aos requisitos de habilitação jurídica e regularidade fiscal previstos no **Edital**.

**31.3.1** As **Instituições Financiadoras** ficarão dispensadas de demonstrar idoneidade financeira desde que estejam devidamente autorizados a atuar como instituição financeira no Brasil.

**31.3.2** O pedido para a autorização da assunção do **Controle** deverá ser apresentado à **ANTT**, por escrito, pela **Subconcessionária** e pela(s) **Instituição(ões) Financiadora(s)**, contendo a justificativa para tanto, bem como elementos que possam subsidiar a análise do pedido, tais como:

- (i) cópias de ata de reunião de sócios ou acionistas da **Subconcessionária**;
- (ii) correspondências;
- (iii) relatórios de auditoria;
- (iv) demonstrações financeiras; e
- (v) outros documentos pertinentes.

**31.4** A assunção do **Controle** da **Subconcessionária** nos termos desta Cláusula não alterará as suas obrigações e de seus sócios ou acionistas controladores perante a **ANTT**.

**31.4.1** As **Instituições Financiadoras** não serão responsáveis pelas obrigações que sejam de responsabilidade direta dos antigos sócios ou acionistas controladores da **Subconcessionária** até a data de assunção do **Controle**.

## **32 Intervenção**

**32.1** A **ANTT** poderá intervir na **Subconcessão**, com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

**32.2** A intervenção será feita por ato da **ANTT**, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

**32.3** Decretada a intervenção, a **ANTT**, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará processo administrativo que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à **Subconcessionária** o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**32.4** As receitas obtidas durante o período da intervenção serão utilizadas para a cobertura dos investimentos, custos e despesas necessários para restabelecer o normal funcionamento da **Ferrovia**.

**32.5** Cessada a intervenção, se não for extinta a **Subconcessão**, os serviços objeto do **Contrato** voltarão à responsabilidade da **Subconcessionária**, devendo o interventor prestar contas de seus atos.

- 32.6** A **Subconcessionária** obriga-se a disponibilizar ao **Poder Concedente** a **Ferrovia** e todos os **Bens da Subconcessão** imediatamente após a decretação da intervenção.
- 32.7** Se as receitas obtidas durante o período da intervenção não forem suficientes para cobrir o valor dos financiamentos, investimentos, dos custos e das despesas decorrentes da **Subconcessão** incorridas pela **ANTT**, esta poderá se valer da **Garantia de Execução** para:
- (i) cobri-las, integral ou parcialmente; e
  - (ii) descontar, da eventual remuneração futura a ser recebida pela **Subconcessionária**, o valor dos investimentos, dos custos e das despesas em que incorreu.
- 32.8** O eventual saldo remanescente da exploração, finda a intervenção, se houver, será entregue à **Subconcessionária**, a não ser que seja extinta a **Subconcessão**, situação em que se aplicarão as disposições específicas.

### **33 Hipóteses de Extinção**

**33.1** A **Subconcessão** será extinta por:

- (i) advento do termo contratual;
- (ii) encampação;
- (iii) caducidade;
- (iv) rescisão;
- (v) anulação; e
- (vi) falência ou extinção da **Subconcessionária**.

**33.2** Extinta a **Subconcessão**, serão revertidos à **Interveniente Subconcedente** todos os **Bens da Subconcessão**, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a **Subconcessionária**, todos os direitos emergentes do **Contrato**.

**33.2.1** Os **Bens da Subconcessão** de que trata a subcláusula 33.2 deverão, em conjunto, possibilitar o atendimento da capacidade de transporte e a qualidade dos serviços, conforme condições pactuadas no **Contrato** e vigentes ao tempo da extinção da **Subconcessão**.

**33.2.2** No caso de bens arrendados ou locados pela **Subconcessionária**, necessários para a operação e manutenção da **Ferrovia**, a **Interveniente Subconcedente** poderá, a seu exclusivo critério, suceder a **Subconcessionária** nos respectivos contratos de arrendamento ou locação de tais bens.

**33.3** Na extinção da **Subconcessão**, haverá imediata assunção das obras e dos serviços relacionados à **Concessão** pela **Interveniente Subconcedente** ou novo detentor de outorga, que ficará autorizado a ocupar as instalações e a utilizar todos os **Bens da Subconcessão**, respeitadas as demais cláusulas contratuais que tratam de indenização e reversão de bens.

**33.4** De acordo com os prazos e condições a serem estabelecidas pela **ANTT**, terceiros serão autorizados a realizar pesquisas de campo quando se aproximar o término do prazo da **Subconcessão**, para fins de realização de estudos para a promoção de novos procedimentos licitatórios ou realização de novas obras.

**33.4.1** Os terceiros não terão acesso a documentos e sistemas da **Subconcessionária** resguardados pelo sigilo, nos termos da legislação aplicável, e em suas pesquisas de campo, não poderão obstruir ou prejudicar a exploração adequada da **Subconcessão** pela **Subconcessionária**.

**33.5** Nos casos em que a União substituir a **Subconcessionária** nas obrigações decorrentes dos contratos de financiamento contraídos, o saldo devedor do respectivo financiamento deverá ser deduzido do valor da indenização apurada.

#### **34 Advento do Termo Contratual**

**34.1** Encerrado o **Prazo** da **Subconcessão**, a **Subconcessionária** será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à **Subconcessão** celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.

**34.1.1** A critério do **Poder Concedente**, os contratos celebrados pela **Subconcessionária** com terceiros poderão ser sub-rogados nos seus direitos e obrigações pelo **Poder Concedente** ou pelo novo detentor de outorga que venha a assumir a prestação do serviço.

**34.1.2** Antes de proceder ao encerramento contratual de que trata a subcláusula 34.1, a **Subconcessionária** deverá questionar a **ANTT** sobre o seu interesse em sub-rogar os contratos celebrados com terceiros ou em autorizar a sub-rogação por novo detentor de outorga, e repassar todas as informações necessárias ao processo de tomada de decisão.

**34.1.3** O valor dos encargos e ônus decorrentes dos contratos sub-rogados à **ANTT** serão deduzidos de eventual indenização devida à **Subconcessionária** pelo **Poder Concedente**.

**34.2** A **Subconcessionária** deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com a **ANTT** para que os serviços objeto da **Subconcessão** continuem a ser prestados de acordo com o **Contrato** e seus **Anexos**, até o advento do termo contratual, sem que haja interrupção, bem como prevenindo e mitigando qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos **Usuários**.

**34.3** A **Subconcessionária** não fará jus a qualquer indenização, incluindo investimentos vinculados aos **Bens da Subconcessão**, e ainda não integralmente depreciados ou amortizados.

#### **35 Encampação**

- 35.1** A União poderá, a qualquer tempo, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização a ser calculada nos termos da subcláusula 35.2, encampar a **Subconcessão**, por motivo de interesse público.
- 35.2** A indenização devida à **Subconcessionária** em caso de encampação cobrirá:
- (i) as parcelas dos investimentos vinculados aos **Bens da Subconcessão** e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste **Contrato**;
  - (ii) a desoneração da **Subconcessionária** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídas com vistas ao cumprimento do **Contrato**, deduzidos os ônus financeiros remanescentes, mediante, conforme o caso:
    - (a) prévia assunção, perante as **Instituições Financiadoras**, das obrigações contratuais da **Subconcessionária**, em especial quando a sua receita figurar como garantia do financiamento; ou
    - (b) prévia indenização à **Subconcessionária** da totalidade dos débitos remanescentes desta perante as **Instituições Financiadoras**.
  - (iii) todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do conseqüente rompimento dos respectivos vínculos contratuais; e
  - (iv) a remuneração dos aportes de capital próprio realizados pela **Subconcessionária**, desde a sua integralização, até a data em que a encampação for declarada, descontados quaisquer valores recebidos pelos seus acionistas a título de remuneração, tais como dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e venda de direitos de subscrição de ações dentre outros, bem como reduções no capital social da **Subconcessionária**.
- 35.3** Para fins do cálculo indicado na subcláusula 35.2, serão deduzidos os valores recebidos pela **Subconcessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a encampação.
- 35.4** O cálculo do valor da indenização dos bens não amortizados será feito com base no valor contábil constante nas demonstrações contábeis da **Subconcessionária**, apurado segundo a legislação e regulamentação aplicáveis e as regras contábeis pertinentes, desconsiderados os efeitos de eventual reavaliação de ativos, salvo quando essa tiver sido feita com autorização expressa e sem ressalvas nesse sentido da **ANTT**.
- 35.5** O valor das multas e créditos da **ANTT** poderá ser descontado do montante da indenização devida em caso de encampação.

- 36.1** A União poderá, nos termos da legislação aplicável e regulamentação específica da **ANTT**, e nos termos legais e regulamentares, decretar a caducidade da **Subconcessão**, na hipótese de inexecução total ou parcial do **Contrato**, com o descumprimento das seguintes obrigações por 3 (três) anos consecutivos, ou com 3 (três) ocorrências em 5 (cinco) anos, e especialmente quando a **Subconcessionária**:
- 36.1.1** Não cumprir o cronograma contido no Plano de Investimentos, do Caderno de Obrigações.
- 36.1.2** Não pagar tempestivamente, a título de **Valor de Outorga**, o valor anual correspondente a 04 (quatro) parcelas trimestrais, nos termos da subcláusula 19.1.
- 36.2** Outras situações de inexecução total ou parcial do **Contrato** poderão ser definidas em regulamentação específica da **ANTT**, visando propor a decretação de caducidade da **Subconcessão**.
- 36.3** Indenização na caducidade
- 36.3.1** A indenização devida à **Subconcessionária** em caso de caducidade será restrita ao valor dos investimentos vinculados aos **Bens Reversíveis** ainda não amortizados.
- 36.3.2** Do montante previsto na subcláusula 36.3.1, serão descontados:
- (i) as multas contratuais aplicadas à **Subconcessionária**, por decisão administrativa definitiva, que não tenham sido pagas;
  - (ii) quaisquer valores recebidos pela **Subconcessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a decretação de caducidade; e
  - (iii) a parcela correspondente ao saldo devedor dos financiamentos efetivamente aplicados em investimentos.
- 36.3.3** A decretação de caducidade acarretará, ainda:
- (i) a execução da **Garantia de Execução**, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados à União; e
  - (ii) a retenção de eventuais créditos decorrentes do **Contrato**, até o limite dos prejuízos causados à União.
- 36.4** O cálculo do valor da indenização dos bens não amortizados será feito com base nos valores das demonstrações contábeis da **Subconcessionária**, apurados segundo a legislação e regulamentação aplicáveis e as regras contábeis pertinentes, desconsiderados os efeitos de eventual reavaliação de ativos, salvo quando essa tiver sido feita com autorização expressa e sem ressalvas da **ANTT**.
- 36.5** A parte da indenização devida à **Subconcessionária**, correspondente ao saldo devedor dos financiamentos efetivamente aplicados em investimentos, poderá ser paga diretamente às **Instituições Financiadoras**, a critério da **ANTT**, sendo que o remanescente será pago diretamente à **Subconcessionária**.

### **37 Rescisão**

**37.1** A **Subconcessionária** deverá notificar a **ANTT** de sua intenção de rescindir o **Contrato** em caso de descumprimento contratual pelo **Poder Concedente**, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, nos termos previstos na legislação e nas normas regulamentares pertinentes.

**37.2** As obras e os serviços prestados pela **Subconcessionária** somente poderão ser interrompidos ou paralisados após trânsito em julgado de sentença judicial que decretar a rescisão do **Contrato**.

#### **37.3 Indenização na rescisão**

**37.3.1** A indenização devida à **Subconcessionária** no caso de rescisão será calculada de acordo com Cláusula 35.2.

### **38 Anulação**

**38.1** A **ANTT** deverá declarar a nulidade do **Contrato**, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, caso seja faticamente possível, se for verificada a existência de vício insanável que o justifique.

#### **38.2 Indenização na anulação**

**38.2.1** Na hipótese descrita na subcláusula 38.1, se a ilegalidade for imputável apenas à **ANTT**, a **Subconcessionária** será indenizada nos termos da Cláusula 35.2.

### **39 Falência ou Extinção da Subconcessionária**

**39.1** Na hipótese de falência ou extinção da **Subconcessionária**, caberá à **ANTT** extinguir unilateralmente o **Contrato de Subconcessão**.

#### **39.2 Indenização na falência ou extinção da Subconcessionária**

**39.2.1** Na hipótese descrita na subcláusula 39.1, a indenização será calculada nos termos da Cláusula 36.3.

### **40 Evento de Caso Fortuito ou Força Maior**

**40.1** Além das hipóteses previstas na Cláusula 33, o **Contrato** poderá ser extinto em razão de caso fortuito ou força maior superveniente à data de sua assinatura, regularmente comprovados, cujos efeitos perdurem por um período superior a 1 (um) ano e impeçam sua regular execução pela **Subconcessionária**.

**40.2** Na hipótese descrita na subcláusula 40.1, a **Subconcessionária** será indenizada pelo que houver executado até a data em que o **Contrato** for extinto e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela

**Subconcessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos de caso fortuito ou força maior.

#### **41 Propriedade Intelectual**

**41.1** A **Subconcessionária** cede gratuitamente ao **Poder Concedente** todos os **Projetos**, planos, plantas, documentos, sistemas e programas de informática e outros materiais, de qualquer natureza e que tenham sido adquiridos ou elaborados no desenvolvimento das atividades objeto da **Subconcessão**, seja diretamente pela **Subconcessionária**, seja por terceiros por ela contratados, e que se revelem necessários:

**41.1.1** ao desempenho das funções que incumbem ao **Poder Concedente** ou ao exercício dos direitos que lhe assistem, nos termos do **Contrato**; e/ou

**41.1.2** à continuidade da prestação adequada do serviço.

**41.2** Os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e **Projetos** elaborados para os fins específicos das atividades integradas na **Subconcessão**, bem como **Projetos**, planos, plantas, documentos e outros materiais, serão transmitidos gratuitamente e em regime de exclusividade ao **Poder Concedente** ao final da **Subconcessão**, competindo à **Subconcessionária** adotar todas as medidas necessárias para este fim.

#### **42 Seguros**

**42.1** Durante o prazo do **Contrato**, a **Subconcessionária** deverá contratar e manter em vigor as apólices de seguro exigíveis, nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.

#### **43 Reversão dos Bens**

**43.1** Extinto o **Contrato**, retornam à **Interveniente Subconcedente** os **Bens da Subconcessão**, bem como direitos e privilégios indispensáveis à exploração da infraestrutura ferroviária associada à prestação do serviço de transporte ferroviário transferidos à **Subconcessionária**, ou por ela implantados, no âmbito da **Subconcessão**, e nos termos da regulamentação específica da **ANTT**.

**43.2** A reversão será automática, com os bens em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, admitido o seu desgaste natural, e livres de quaisquer ônus ou encargos.

**43.2.1** Caso a reversão dos bens não ocorra nas condições estabelecidas na subcláusula 43.2, a **Subconcessionária** indenizará o **Poder Concedente**, podendo a **ANTT**, para tanto, executar a **Garantia de Execução**.

**43.3** A **Subconcessionária** fica obrigada a manter inventário atualizado, anualmente, de todos os **Bens da Subconcessão**, contendo informações sobre seu estado de conservação, e disponibilizar, a qualquer tempo, para eventuais consultas e fiscalizações do **Poder Concedente**.

**43.4** Após a extinção da **Subconcessão**, não poderá ser feito qualquer pagamento aos acionistas, dissolução ou partilha do patrimônio da **Subconcessionária**, antes que a **ANTT** ateste que os **Bens da Subconcessão** estão em situação de reversibilidade, ou sem que esteja cabalmente assegurado o pagamento das importâncias devidas à **ANTT**, a título de indenização ou a qualquer outro título.

#### **44 Arbitragem**

**44.1** As controvérsias decorrentes do **Contrato de Subconcessão** e seus **Anexos**, que não forem dirimidas amigavelmente entre as **Partes** e que versem sobre direitos patrimoniais disponíveis serão resolvidas por arbitragem, nos termos do Decreto nº 10.025, de 20 de setembro de 2019, ou legislação que venha a substituí-lo, da regulamentação específica da **ANTT** e, no que não conflitar com a presente cláusula, do regulamento da Câmara Arbitral indicada na forma da subcláusula 44.4.

**44.2** Não serão submetidas à arbitragem questões relacionadas a direitos indisponíveis e outras hipóteses previstas nos termos da legislação e regulamentação específica da **ANTT**.

**44.3** A arbitragem será conduzida em Brasília, Distrito Federal, Brasil, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

**44.4** A arbitragem será conduzida em Brasília, Distrito Federal, Brasil, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

**44.4.1** Inexistente o credenciamento de que trata a subcláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a **Parte** interessada deverá apresentar requerimento de arbitragem junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.

**44.5** Caso figure como requerente, a **Subconcessionária** deverá encaminhar à **ANTT** o requerimento de arbitragem apresentado à Câmara Arbitral, com cópia destinada à Procuradoria Federal junto à **ANTT**.

**44.6** Na hipótese de sentença arbitral condenatória que imponha obrigação pecuniária à União ou às suas autarquias, inclusive relativa a custas e despesas com procedimento arbitral, o pagamento ocorrerá, a exclusivo critério da **ANTT**, por meio de:

- (i) expedição de precatório ou de requisição de pequeno valor;
- (ii) instrumentos previstos no **Contrato** que substituam a indenização pecuniária, como os mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro;
- (iii) compensação de haveres e deveres de natureza não tributária, incluídas as multas; ou
- (iv) atribuição do pagamento a terceiro, nas hipóteses admitidas na legislação brasileira.

**44.7** O Tribunal Arbitral condenará a **Parte** total ou parcialmente vencida ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do artigo 85 do Código de Processo Civil, ou legislação que venha a substituí-lo, excluído o ressarcimento, por quaisquer das **Partes**, de honorários contratuais.

**44.8** As **Partes** poderão, nos termos da legislação aplicável, requerer medidas cautelares ou de urgência, na forma prevista em regulamentação específica da **ANTT**, cessando sua eficácia se a arbitragem não for requerida no prazo estabelecido na regulamentação específica da **ANTT**, a contar da data de publicação da decisão.

## **45 Disposições Diversas**

### **45.1 Normas da ANTT**

**45.1.1** A **Subconcessionária** e a **Interveniente Subconcedente** deverão observar e respeitar todas as resoluções e demais regras da **ANTT**, observadas, no entanto, as peculiaridades e especificidades inerentes às normas e regulamentação aplicáveis às concessões e respeitando os termos do presente **Contrato**.

### **45.2 Invalidez Parcial do Contrato**

**45.2.1** Se qualquer disposição do **Contrato** for considerada ou declarada inválida ou inexecutável em qualquer aspecto, a validade e a exequibilidade das demais disposições contidas no **Contrato** não serão, de qualquer forma, afetadas ou restringidas por tal fato.

**45.2.2** As **Partes** negociarão de boa-fé, a substituição das disposições inválidas ou inexecutáveis, por disposições válidas e exequíveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições consideradas inválidas ou inexecutáveis.

**45.2.3** Cada declaração e garantia feita pelas **Partes** no **Contrato** deverá ser tratada como uma declaração e garantia independente, e a responsabilidade por qualquer falha será apenas daquele que a realizou e não será alterada ou modificada pelo seu conhecimento por qualquer das **Partes**.

### **45.3 Irrevogabilidade**

**45.3.1** O **Contrato** é irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, salvo disposições expressas em contrário na legislação aplicável.

### **45.4 Vias**

**45.4.1** O **Contrato** é assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, consideradas cada uma delas original.

### **45.5 Lei Aplicável**

**45.5.1** O **Contrato** será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

**45.5.2** Na vigência do **Contrato**, serão observadas:

- (i) a Constituição Federal, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, as demais normas correlatas, as regras do **Edital**, as disposições deste **Contrato** e seus **Anexos** e as normas regulamentares e resoluções expedidas pela **ANTT**; e

- (ii) a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013, ou a que sobrevier) e as demais normas aplicáveis na República Federativa do Brasil.

#### **45.6 Comunicações**

**45.6.1** As comunicações e as notificações entre as **Partes** serão efetuadas por escrito e remetidas:

- (i) em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- (ii) por correio registrado, com aviso de recebimento; ou
- (iii) por meio eletrônico, que assegure a presteza e agilidade da comunicação, e confira segurança, confiabilidade e sigilo dos dados.

#### **45.7 Contagem dos Prazos**

**45.7.1** Nos prazos estabelecidos em dias no **Contrato**, será excluído o dia de início e incluído o do vencimento, contando-se em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

**45.7.2** Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente na **ANTT**.

#### **45.8 Idioma**

**45.8.1** Todos os documentos relacionados ao **Contrato** e à **Subconcessão** deverão ser redigidos em língua portuguesa, ou para ela traduzidos, em se tratando de documentos estrangeiros.

- (i) em caso de qualquer conflito ou inconsistência, a versão em língua portuguesa deverá prevalecer.

#### **45.9 Vigência**

**45.9.1** O **Contrato de Subconcessão** entrará em vigor na **Data de Assunção**.

#### **45.10 Foro**

**45.10.1** As **Partes** elegem de comum acordo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para conhecer e dirimir as controvérsias que possam surgir da execução do **Contrato**.

**BRASÍLIA, CAPITAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

[•] DE [•] DE [•]

---

**ANTT – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**

---

**[SUBCONCESSIONÁRIA]**

Com a interveniência-anuência de:



*Minuta de Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020*

---

**VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.**